

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ETÂNIA GAVE

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E SUAS DETERMINANTES: ANÁLISE
DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

VITÓRIA
2019

ETÂNIA GAVE

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E SUAS DETERMINANTES:
ANÁLISE DOS PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS
CAPIXABAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Janyluce Rezende Gama

Co-orientador: Annor da Silva Junior

VITÓRIA

2019

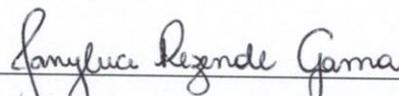
ETÂNIA GAVE

**TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E SUAS DETERMINANTES: ANÁLISE DOS
PORTAIS ELETRÔNICOS DOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

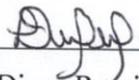
Vitória, 27 de novembro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA



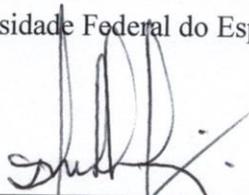
Prof^ª Dr^ª. Janyluce Rezende Gama

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof^ª. Dr^ª. Diané Rossi Maximiano Reina

Universidade Federal do Espírito Santo



Prof. Dr. Marison Luiz Soares

Universidade Federal do Espírito Santo

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

G282t Gave, Etania, 1993-
Transparência pública e suas determinantes: análise dos portais eletrônicos dos municípios capixabas / Etania Gave. - 2019. 80 f. : il.

Orientadora: Janyluce Rezende Gama.
Coorientador: Annor da Silva Junior.
Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Transparência. 2. Pesquisa sobre municípios. 3. Indicadores econômicos. 4. Indicadores sociais. 5. Publicidade governamental. I. Gama, Janyluce Rezende. II. da Silva Junior, Annor. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU:657

Dedico esta dissertação a Deus, pela energia que me concede todos os dias. À minha mãe Janita, obrigada por ser sinônimo de amor. Aos meus irmãos, por serem alicerce na minha vida e por terem me dado os melhores presentes que poderiam – meus sobrinhos. Ao Vinicius, meu companheiro desde a adolescência. Aos meus amigos, pela força e ânimo. Até aqui nos ajudou o Senhor – 1 Samuel 7:12.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses anos de curso, surgiram muitas dúvidas, anseios e vários sentimentos que me fizeram crescer. Acompanhado disso grandes descobertas e experiências foram adquiridas. Gostaria de iniciar agradecendo a pessoa que sem ela esse trabalho não seria possível, a professora Dra. Janyluce Rezende Gama, minha orientadora, mãe e amiga, que me trouxe paz nessa etapa, Jany, muito obrigada.

Aos colaboradores do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UFES, por todos os ensinamentos e zelo pela qualidade do curso. Aos professores da graduação em Ciências Contábeis, a citar Maria Mariete, Aliomar Lino, Carlos Vallim, Leonardo Dutra, Annor da Silva, Gabriel Campos e Simone Fiório, obrigada pela inspiração para eu chegar nesta etapa. Aos ensinamentos em paralelo com este curso, dos professores do curso de Administração da UFES, pela constante dedicação em transformar o ensino, gostaria de lembrar do Marison Luiz, Sérgio Robert, Duarte Rosa, Marcelo Moll e Rogério Zanon.

Aos professores Dra. Diane Rossi Maximiano Reina, Dr. Marison Luiz Soares e Dr. Annor da Silva Junior, agradeço pela disponibilidade e pelas contribuições dirigidas para o aperfeiçoamento desse trabalho.

Por fim, agradecer à Juliani Johanson pela cumplicidade e à Viviane Santana por todo apoio, e meus agradecimentos finais são para os colegas do curso, pela parceria fundamental, tanto nas disciplinas quanto nos projetos.

“Negar o dever de transparência é escancarar as portas para a prática das mais gravosas condutas de corrupção. Na Administração Pública, o que não pode ser visto, via de regra, não pode ser praticado”.

(Ismar Viana)

RESUMO

A transparência das ações governamentais promove o fortalecimento da relação do Estado com a sociedade, através da fiscalização dos cidadãos e legitimação dos Entes. Para que ocorra o acompanhamento e divulgação das informações, há leis que regulamentam e tornam obrigatória a apresentação das informações pelos órgãos públicos. Assim, este estudo busca verificar o cumprimento da base legal de transparência pelo Poder Executivo dos municípios do Espírito Santo, através de seus portais eletrônicos. Além disso, como objetivo buscou-se analisar como as variáveis socioeconômicas e sóciodemográficas explicam o atendimento a transparência pública dos municípios capixabas.

Para atingir o objetivo da pesquisa utilizou-se de um estudo descritivo, com delineamento de abordagem quali-quantitativa. Para tanto, a variável dependente, Índice de Transparência do Estudo, foi elaborada como resultado da união de indicadores e regimentos sobre transparência e seus 49 itens checados nas homepages capixabas de forma binária – constar ou não a informação. As variáveis independentes utilizadas no modelo foram as socioeconômicas – PIB per capita, Dívida Consolidada Líquida, Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, Índice de Desenvolvimento Municipal, Índice de Potencial de Consumo e sóciodemográficas – Região e População. Para o tratamento dos dados foi empregado o modelo estatístico da Regressão Linear Múltipla e testes adicionais.

Com os resultados, constatou-se que dentre as variáveis socioeconômicas investigadas somente a variável Índice de Potencial de Consumo apresentou indícios de relação positiva com o atendimento da transparência dos municípios capixabas. Em relação à abordagem qualitativa, os municípios atenderam mais a quesitos recomendáveis do que a obrigatórios, com nenhum município atendendo a todos os quesitos e nenhum município não atendendo a nenhum item. A partir da análise de agrupamentos, notou-se que no cluster 1 estão os municípios que mais evidenciaram, no 2 os que apresentaram em média 80% dos itens, ao passo que no 3 os que atenderam em média 70% as informações checadas e no cluster 4 estão alguns municípios fora da curva de atendimento das informações requeridas.

Palavras-chave: Transparência Pública. Municípios. Portais Eletrônicos.

ABSTRACT

The transparency of governmental actions promotes the strengthening of the State's relationship with society, through the supervision of citizens and the legitimation of the public entity. For the monitoring and dissemination of information to occur, existing laws regulate and demand the submission of information by public agencies. Thus, this study verified compliance with the legal basis of transparency by the Executive Power of the municipalities of Espírito Santo, through their electronic portals. Moreover, the objective was to analyze how the socioeconomic and socio-demographic variables explain the attendance to public transparency of the municipalities of Espírito Santo.

To achieve the research objective, a descriptive study was used, with a qualitative and quantitative approach design. Therefore, the dependent variable - Study Transparency Index was elaborated as a result of the union of transparency indicators and regiments - and its 49 items checked in the Capixabas homepages in binary form - whether or not the information is included. The independent variables used in the model were socioeconomic - GDP per capita, Net Consolidated Debt, Net Current Revenue, Net Consolidated Debt / Net Current Revenue, Firjan Municipal Development Index, Municipal Development Index, Consumption Potential Index and Sociodemographic - Region and population. For the treatment of the data was used the statistical model of the Multiple Linear Regression and additional tests.

With the results, it was found that among the socioeconomic variables investigated only the variable Consumption Potential Index showed signs of positive relationship with meeting the transparency of the municipalities of Espírito Santo. Regarding the qualitative approach, the municipalities met more recommended than mandatory requirements, with no municipality meeting all requirements and no municipality not meeting any item. From cluster analysis, it was noted that in cluster 1 are the munitions that showed the most, in 2 those that presented on average 80% of the items, while in 3 those that attended on average 70 % Information checked and in cluster 4 are some municipalities outside the required information curve.

Keywords: Public Transparency. Counties. Electronic portals.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legislações brasileiras sobre transparência.....	31
Quadro 2 – Estudos relevantes para a pesquisa.....	34
Quadro 3 – Relação dos municípios do Espírito Santo	39
Quadro 4 – Fonte da coleta das variáveis independentes	41
Quadro 5 – <i>Checklist</i> do Índice de Transparência do Estudo.....	42
Quadro 6 – Resumo das variáveis em análise	46
Quadro 7 – Identificação dos municípios por cluster.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise descritiva dos itens de transparência municipal	51
Tabela 2 – Os seis melhores municípios em relação ao observado.....	52
Tabela 3 – Os seis municípios que menos pontuaram em relação ao observado	52
Tabela 4 – Informações apresentadas por mais de 95% dos municípios.....	53
Tabela 5 – Informações menos apresentadas pelos municípios	54
Tabela 6 – Análise descritiva das variáveis quantitativas	55
Tabela 7 – Análise descritiva da frequência da variável qualitativa	56
Tabela 8 – Análise descritiva da transparência por macrorregiões	57
Tabela 9 – Matriz de correlação das variáveis independentes.....	58
Tabela 10 – Modelo de regressão 1	58
Tabela 11 – Fator de Inflação da variância	59
Tabela 12 – Modelo de regressão 2 (sem as variáveis População e RCL).....	60
Tabela 13 – Regressão final	60
Tabela 14 –Teste dos pressupostos do modelo de regressão final	61
Tabela 15 – Análise ANOVA	64
Tabela 16 – Médias das variáveis por cluster	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIC	Critério <i>Akaike</i>
ART	Artigo
CF	Constituição Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
DCL	Dívida Consolidada Líquida
H	Hipótese
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística
IFDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
INC	Inciso
INCAPER	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
IPC	Índice de Potencial de Consumo
ITES	Índice de Transparência do Estudo
LAI	Lei de Acesso à Informação
LC	Lei Complementar
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOG	Logaritmo
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MP	Ministério Público
Nº	Número
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
POP	População
RCL	Receita Corrente Líquida
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
VIF	Fator de Inflação da Variância
WWW	World Wide Web

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES	14
1.4 JUSTIFICATIVA	17
1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL	19
2.1.1 Legitimação das Instituições	27
2.2 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA	28
2.2.1 Principais Normas que Favorecem a Transparência Brasileira	29
2.2.2 Transparência Pública Municipal	32
2.2.3 Estudos Anteriores	34
3 METODOLOGIA	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	38
3.2 UNIVERSO E COLETA DE DADOS	39
3.3 VARIÁVEIS ANALISADAS	41
3.4 MODELO DE REGRESSÃO	49
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	51
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA	51
4.2 ANÁLISE DA CORRELAÇÃO	57
4.3 ANÁLISE DA REGRESSÃO	58
4.4 TESTES ADICIONAIS – ANÁLISE POR CLUSTER	62
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66

REFERÊNCIAS	68
ANEXOS	73
APÊNDICES	74

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

A promulgação da Constituição Federal de 1988 estabeleceu o princípio da publicidade incumbindo a divulgação da prestação de contas e atos realizados pelos administradores públicos. A certificação disso ocorreu com a obrigação do uso de portais eletrônicos de acesso livre, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 (BRASIL, 2000).

Outras legislações surgiram para aumentar o nível de transparência das organizações públicas, reiterando a divulgação online como a Lei nº 9.755/98, a Lei Complementar nº 131/2009 Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação).

Não só no contexto brasileiro, mas nos últimos anos, vários países estão implantando leis sobre portais de transparência na esfera pública, visando sanar a necessidade de divulgar informações que sejam claras para a sociedade (ROCHA JUNIOR, 2017). Essa necessidade expressa um dos direitos do povo soberano em um regime democrático - ter ciência das práticas e decisões tomadas pelos gestores públicos. De acordo com Bobbio (2000), o fundamento histórico - transparência - é necessário para a interação do povo com os governantes bem como para controlá-los.

“No entanto, mesmo sendo um pressuposto básico da democracia, a transparência tem sido mais falada que praticada” (TEIXEIRA, ZUCOLOTTI, 2017, p. 3). Os autores exemplificam esse cenário pela diferença entre os entes subnacionais em relação ao nível de transparência medidos, sendo assim a necessidade de investigar o fenômeno em municípios.

Além de requisitos legais, a Administração Pública pode disponibilizar tantas outras informações, pois a evidenciação voluntária pode propiciar uma aproximação entre o Estado e sociedade. Avelino (2013, p. 4) reitera que “o acesso a informações de boa qualidade, tempestivas e, principalmente, compreensíveis a uma ampla gama de usuários, é um pré-requisito para o exercício da cidadania”. Heald (2006) relata que esse é um tema em debate na literatura mundial, mesmo assim não há um conceito fixo, o que se pressupõe é que a transparência pública não ocorre somente com a abertura das informações governamentais, mas que as mesmas sejam compreensivas e possam ser utilizadas pelas partes interessadas.

Além de discutir o fenômeno da transparência, alguns autores como Machado (2013) e Cruz (2010) buscaram explicar a relação desse fenômeno com possíveis variáveis. Assim, esse projeto recorta variáveis socioeconômicas (PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice de Potencial de Consumo (IPC)) e sóciodemográficas (região e população).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), um indicador social analisa a qualidade de vida e os níveis de bem-estar da sociedade e o demográfico permite conhecer características de um lugar. O indicador atrelado à questão econômica se torna um conjunto de dados estatísticos que podem mudar e oscilar, representando como está a economia de um local em determinado período (SANDRONI, 2004).

Segundo Nascimento, Rodrigues e Megliorini (2010, p. 3), a teoria institucional é estudada em várias áreas, como economia, sociologia, ciência política, administração e contabilidade, pois estas buscam entender a sociedade e seu contexto através dos “sistemas como organização, família e governo [...] e há estudos que apontam que esse despertar pela teoria institucional tem como base os anos 1980”.

Meyer e Powell (1977), na teoria institucional, explicam que as organizações buscam determinadas práticas para se legitimar diante da sociedade, sob esta ótica pretende-se analisar a transparência pública dos municípios capixabas. Ressalta-se que a transparência se torna um elemento essencial nas entidades públicas com a implantação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Acesso à Informação. Ao prestar contas de forma objetiva e compreensível, a sociedade terá maior confiabilidade no governo.

Diante desse contexto torna-se necessário responder a seguinte pergunta: **Como as variáveis socioeconômicas e sóciodemográficas explicam o atendimento a transparência pública dos municípios capixabas?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como as variáveis socioeconômicas e sóciodemográficas explicam o atendimento a transparência pública dos municípios capixabas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Analisar as legislações e índices de transparência;
- Elaborar um *checklist* sobre o atendimento as legislações de transparência pública para portais eletrônicos municipais;
- Aplicar o *checklist* e comparar os resultados entre os municípios e com estudos anteriores;
- Analisar se o resultado do *checklist* tem relação com as variáveis explicativas: socioeconômicas (PIB *per capita*, Dívida Consolidada Líquida, Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Índice de Potencial de Consumo (IPC) e sóciodemográficas (Região e População).

1.3 FORMULAÇÃO DE HIPÓTESES

Esse estudo utiliza a teoria institucional, inferindo que os gestores atendam a fatores coercitivos e normativos, observando à transparência pública, pois garante a manutenção, a legitimidade de seu ente perante a sociedade. O pressuposto é apresentar o nível de relação entre as variáveis e o índice de transparência. A seguir, apresentam-se as hipóteses do estudo:

H1. Há relação significativa entre a transparência pública municipal e a região a que o município pertence.

Em análise geográfica os estados podem ser divididos em regiões as quais concentram características comuns. Conforme utilizado no estudo de Machado (2013) a variável região será classificada de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

em: (a) municípios localizados na região metropolitana do Espírito Santo; e (b) municípios localizados no interior do estado. Dos Anjos e Bartoluzzio (2016) concluíram em seu estudo que o grupo de municípios localizados na Região Metropolitana do Recife, alcançaram maiores índices de transparência, pois divulgaram mais informações sobre a gestão fiscal nos portais eletrônicos. Presume-se então que a região do município tenha significância estatística com seu nível de transparência.

H2. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e a população total do município.

Em relação à população total, Santana Junior (2008) testou a relação entre o nível de transparência e a população total dos estados, e aponta que há uma relação entre o nível de transparência e a população desses entes. Cruz (2010) relata que quanto maior a população dos municípios, melhores seriam seus níveis de transparência, essa hipótese pressupõe-se a existência de uma relação positiva entre a transparência e a população dos municípios, sendo que os municípios com maiores populações apresentariam os melhores níveis.

H3. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e o PIB per capita do município.

O PIB per capita de um município corresponde à fração do Produto Interno Bruto (valor total dos bens e serviços produzidos) pela sua população total. O estudo de Cruz (2010) indica a existência de uma relação positiva e significativa entre o PIB per capita e os níveis de transparência das prefeituras, Rocha Junior (2017) utiliza a relação positiva dessa variável e transparência. Assim, estima-se que exista uma relação positiva entre eles, onde os municípios com maior PIB per capita seriam mais transparentes.

H4. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e o índice de potencial de consumo (IPC) do município.

O IPC é o índice que mede o potencial de consumo de um município a partir de fatores como: renda das famílias, consumo em relação à riqueza produzida (PIB) e a variação de renda ou arrecadação tributária dos municípios. Cruz et al (2010) afirma que esse índice pode não ser uma variável discriminadora, mas tem potencial para auxiliar na compreensão

das variáveis em seu estudo. Espera-se que haja significância na relação entre as variáveis, ou seja, quanto maior o IPC, maior o nível de transparência.

H5. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e o IDH (índice de desenvolvimento humano) do município.

O IDH (índice de desenvolvimento humano) mede o nível de desenvolvimento humano de um país, estado ou município com base em indicadores de longevidade, educação e renda (CRUZ, 2010). A autora indica a existência de uma associação positiva entre o IDH e os índices de transparência dos municípios. Sendo assim, acredita-se que há uma relação significativa entre o nível de evidencição e o IDH das prefeituras e que os municípios com melhores IDH apresentariam o melhor escore em transparência pública.

H6. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal.

O índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) é um índice desenvolvido pelo sistema FIRJAN, para acompanhar o desenvolvimento social, econômico e humano das cidades brasileiras com foco em emprego e renda; saúde; educação. Cruz (2010) encontrou uma forte associação do índice e os níveis de transparência dos municípios corroborando com os achados de Machado (2013). Assim, os municípios com maiores IFDM apresentam os melhores resultados em transparência.

H7. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e a Receita Corrente Líquida.

Cruz, Silva e Santos (2009) encontraram relação positiva quando analisaram a receita arrecadada pelos entes e sua transparência. Espera-se que os municípios com maior RCL sejam mais transparentes.

H8. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e a dívida consolidada líquida.

A Dívida Consolidada Líquida é dívida consolidada deduzidas as disponibilidades de

caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros (RESOLUÇÃO 43, 2001). Assim, acredita-se que os municípios com a DCL maior sejam mais transparentes.

H9. Há relação diretamente proporcional entre a transparência pública municipal e o índice de endividamento (DCL/RCL).

O índice de endividamento da Dívida Consolidada Líquida dividida pela Receita Corrente Líquida está previsto na LRF em seu Art. 55, ele indica o quanto da RCL está comprometida com o montante das dívidas líquidas. De acordo com a Teoria da Agência de Jensen e Meckling (1976), os gestores de empresas com maior nível de endividamento tendem a divulgar voluntariamente mais informações para satisfazer aos credores, trazendo ao contexto público, os municípios mais endividados são mais rígidos no monitoramento (AHMED; NICHOLLS, 1994). Espera-se que os municípios que sejam mais endividados sejam mais transparentes.

As hipóteses desse estudo serão testadas por meio da regressão linear múltipla, de acordo com metodologia e coleta de dados para este fim.

1.4 JUSTIFICATIVA

Conforme o artigo 6º da Lei 12.527/11, os Órgãos e Entidades do poder público devem assegurar a gestão transparente das informações, divulgando e dando acesso a elas, para que qualquer constituinte possa analisá-las.

A transparência é substancial para a prestação de contas de qualquer instituição, servindo, além de fiscalização de seus atos, mas também para a divulgação dos trabalhos e resultados aos *stakeholders* (PINHO; SACRAMENTO, 2009; QUINTAL et al., 2012; SCHEDLER, 1999, FILGUEIRAS, 2011; TAYLOR; BURANELLI, 2008). Além disso, ela acontece em sua maior parte, por meio eletrônico de acesso à informação, sendo necessária a sua investigação frequente para verificar o status das instituições públicas sujeitas a ela (GANDÍA; ARCHIDONA, 2008).

Conforme o Ranking Nacional da Transparência do Ministério Público Federal (2018), os

governos municipais do Espírito Santo possuem boa colocação, aparecendo em 5º lugar dentre os outros estados brasileiros, mas há de se questionar o quanto cada município se coloca o mais transparente em relação à cada índice existente, assim pretende-se uni-los de forma a facilitar essa avaliação.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Sobre à delimitação, este trabalho abordou a perspectiva da transparência por leis e recomendações nos sites e portais da transparência, com o universo de amostra os municípios do estado do Espírito Santo, debruçando-se somente ao poder executivo. Os itens de transparência passiva que necessitavam de resposta do ente não abrangem o objeto de estudo.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, iniciando por esta introdução. A próxima seção discorre sobre os aspectos teóricos que sustentam o objeto de investigação: teoria institucional, transparência pública e transparência pública municipal. A terceira seção contemplará o percurso metodológico adotado. A quarta seção aborda a discussão e análise dos resultados e por último, a quinta seção traz as considerações finais do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL

Nos últimos anos, a teoria institucional e a sua relação com as organizações têm sido foco, pois investiga os fenômenos, desde a expansão de políticas de pessoal específicas à redefinição fundamental da missão organizacional e de suas estruturas, até a formulação de políticas nacionais e internacionais por organizações governamentais (TOLBERT; ZUCKER, 1996; FERREIRA, 2016).

A perspectiva que a teoria institucional se mostra promissora no estudo das organizações é complementada por Fachin e Mendonca (2003), pois essa teoria proporciona contribuições não só no contexto da ação humana, mas engloba as interações advindas do contexto político e cultural.

Scott (2016, p.3) responde em entrevista sobre o foco da teoria institucional em relação ao contexto aplicado:

Precisamos de mais atenção na comparação das organizações e à maneira como as organizações em diferentes setores variam. Por exemplo, as organizações com fins lucrativos, as organizações sem fins lucrativos, os órgãos públicos e assim por diante. Mas, sob muitos aspectos, a principal maneira pela qual eles diferem é o contexto ao qual se relacionam. E assim, para mim, se você quiser pensar comparativamente, precisará pensar nas diferentes maneiras pelas quais os sistemas institucionais operam e afetam as organizações¹ (tradução própria).

No contexto da escola institucional há entre os estudiosos que, em número crescente, desenvolvem suas investigações sob os pressupostos institucionais, muitas diferenças entre conceitos e pilares. (CARVALHO; VIEIRA; DIAS, 2001).

A teoria institucional possui diversas vertentes, é bastante ampla, com vertentes voltadas

¹ We need more attention to comparative organizations and to the way in which organizations in different sectors vary. For example, the for-profits, the non-profits, the public agencies, and so on. But in many ways the main way in which they differ is the context to which they relate. And so for me, if you want to think comparatively, you need to think about the different ways in which institutional systems operate and affect organizations.

para o ambiente externo e interno (FERREIRA, 2016). Alguns autores como Almeida e Santos (2009) abordam as vertentes da escola institucional: a nova economia institucional que trata do limite da racionalidade dos agentes envolvidos, a velha economia institucional tem seu foco direcionado à visão sistêmica dos processos no interior das organizações e a nova sociologia institucional que é usada para o estudo das macros instituições, analisando as relações entre as organizações e o ambiente.

Considerando que as abordagens da teoria institucional podem ser dimensionadas pelo “velho” e novo institucionalismo onde ambos possuem grandes diferenças e semelhanças, sendo que o segundo surgiu graças a John Meyer e o primeiro por Philip Selznick. (LOPES; MARTINS, 2012). Tanto o velho como o novo institucionalismo compartilham a falta de crença em face ao ator racional e dão ênfase à investigação da relação entre as entidades com o ambiente e seu limite. Mesmo se relacionando com Selznick (1972), o novo institucionalismo traz outras colaborações na pesquisa organizacional, como o construtivismo social. (PECI, 2006).

A definição de institucionalização apresentada por Selznick (1972) se dá ao longo do tempo remetendo a questões históricas produzidas pelos grupos que se relacionam em determinado ambiente. Quando o pensamento e as ações sociais assumem condição de norma em um grupo pela qual os processos sociais, obrigações e circunstâncias são estabelecidos, ocorre à institucionalização, conceito disseminado por Meyer (1977). Em outras palavras quando os valores sociais estão intrínsecos no pensamento humano, seja nas organizações ou na sociedade daí o processo de institucionalização ocorreu (MEYER; ROWAN, 1992).

De acordo com Burns e Scapens (2000), o processo de institucionalização apresentado considera que o campo institucional e o campo das ações modelam e remodelam as instituições, conforme sua influência acumulada ao longo do tempo. Ambos os campos estão em andamento em um processo cumulativo de mudanças advindas de todo o decorrer do tempo.

Abordando a discussão sobre o velho institucionalismo, os autores apontam que as regras e as rotinas também são muito influenciadas pelo processo de mudanças: (a) o primeiro processo envolve a codificação de princípios institucionais em regras e rotinas; (b) o segundo processo envolve os atores do processo incorporando as rotinas e regras, articuladas pelos princípios institucionais; (c) o terceiro processo ocorre de modo que o comportamento repetitivo leva a uma reprodução das rotinas e essa reprodução pode envolver tanto mudanças conscientes ou inconscientes; (d) o quarto e último processo é a institucionalização de regras e rotinas reproduzidas por meio do comportamento dos atores individuais.

O interesse pela teoria institucional nas ciências sociais tem aumentado e que pelo menos dois enfoques dessa teoria podem ser observados na literatura contábil:

(i) nova sociologia institucional (*new institutional sociology* – NIS) e (ii) velha economia institucional (*old institutional economics* – OIE). A teoria institucional fundamenta estudos analíticos de mudanças nas rotinas através da velha economia institucional. Considerando-se a teoria institucional segundo a ótica da OIE, a instituição é o principal objeto de análise e não mais o comportamento racional e maximizador dos indivíduos tomadores de decisões, conforme aceito pela teoria neoclássica (BURNS; SCAPENS, 2000).

Consoante com Scapens (1994), para coordenar e dar coerência às ações dos grupos de indivíduos há a necessidade de regras. Quando estas são seguidas de forma repetitiva, podem se tornar um comportamento pragmático baseando-se no pilar do conhecimento tático e diário, esse comportamento por sua vez quando descrito como rotina se torna um hábito. As regras e rotinas são os processos mediante os quais os traços organizacionais são transmitidos pelo decorrer das situações (NELSON; WINTER, 1982).

Na abordagem do novo institucionalismo, várias estruturas organizacionais formais aparecem como reflexos de regras institucionais racionalizadas. A criação de tais regras nos estados e sociedades modernos acarreta uma explicação sobre a expansão e o aumento da complexidade das estruturas organizacionais formais. As regras institucionais funcionam como mitos que as organizações incorporam, obtendo legitimidade, recursos, estabilidade e melhores perspectivas de sobrevivência [...] em lugar de coordenação, inspeção e avaliação, uma lógica de confiança e boa-fé é empregada (tradução própria) (MEYER; ROWAN, 1977,

p. 2).

Quando os autores tratam da relação das organizações com seus ambientes institucionais não trazem uma visão nova de que as organizações são estruturadas por fenômenos em seus ambientes e tendem a se tornar isomórficas entre si, isso se explica pela comparação entre as organizações com seus ambientes por interdependências técnicas e de troca e/ou correlato à reflexão da realidade socialmente construída pelas organizações e seus ambientes. O novo institucionalismo conforme apresentam Meyer e Rowan (1977) levantam as inconsistências estruturais nas organizações institucionais quando uma organização precisa do sucesso do isomorfismo com regras institucionalizadas.

Há três processos na origem de mitos institucionais: a elaboração de redes relacionais complexas, o grau de organização coletiva do ambiente e as lideranças. Como resultado, elas tendem a incorporar mitos institucionalizadores: elementos legitimados externamente, em vez de ter como critério a eficiência organizacional; critérios de avaliação externos para definir o valor de elementos estruturais; acreditam que a dependência de instituições externas mantém a estabilidade. Essas “regras” podem ser assumidas como evidentes, serem sustentadas pela opinião pública, ou pela lei, transformando-se socialmente em regra (MEYER; ROWAN, 1983).

Nesse caso, os autores acima expõem dois argumentos, o primeiro é que na medida em que surgem regras institucionais racionalizadas em alguma dimensão, as entidades formais incorporam as regras como elementos de sua estrutura, o segundo é que quanto mais contemporânea for a sociedade, maior e mais extensa será a estrutura formal racionalizada em algumas dimensões. Eles ainda comentam que para se resolver as inconsistências apresentadas anteriormente há três módulos: dissociação (as tentativas de controlar e coordenar as atividades nas organizações institucionalizadas levam a conflitos e perda de legitimidade, os elementos da estrutura são dissociados das atividades e uns dos outros); lógica da confiança e da boa-fé (demonstrações elaboradas de confiança, satisfação e boa-fé, interna e externamente); inspeção e avaliação (organizações institucionalizadas buscam minimizar a inspeção e a avaliação de gerentes internos e de constituintes externos).

Ao distinguir regras institucionalizadas de comportamentos sociais predominantes –

levando em conta que as regras institucionalizadas são definidas com base em Berger e Luckmann (2001) como classificações construídas pela sociedade ou interpretações compartilhadas –, Meyer e Rowan (1983) salientam que: tais regras podem ser simplesmente tomadas como evidentes, ou podem ser sustentadas pela opinião pública ou pela força da lei.

O processo de padronização das rotinas e regras previamente formuladas, pode ser alterado de acordo com as modificações ocasionadas na organização, instigando-se como a entidade para encontrar formas mutuamente aceitáveis para implementá-las no processo organizacional. Selznick (1972) foi um dos primeiros a discorrer sobre o debate institucional, ele interpretou as organizações como uma “expressão estrutural da ação racional que, ao longo do tempo, são sujeitas às pressões do ambiente social e transformam-se em sistemas orgânicos”, passando por um processo de institucionalização no qual “os valores substituem os fatores técnicos na determinação das tarefas organizacionais” (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 2001, p.1).

Para Hall e Taylor (2003) o neoinstitucionalismo analisa não só as regras, procedimentos ou normas, mas também os sistemas de símbolos, os esquemas cognitivos e os modelos morais que fornecem “padrões de significação” que orientam o comportamento e prática dos indivíduos. As entidades aderem uma nova e frequente atividade por razões menos relacionadas ao aumento da eficácia e mais relacionadas ao esforço de serem legitimadas socialmente no ambiente em que estão inseridas.

No contexto do isomorfismo institucional, as regras e padrões institucionais são absorvidas pelas organizações quando essas atendem a três pontos de vista: regulador - normas, leis e sanções, normativa – acreditação, e cognitivo – indivíduos, e organizações como realidades socialmente construídas (DIMAGGIO; POWELL, 1983). Esses autores são da nova corrente institucional, sendo referência na argumentação das causas da burocratização e da racionalização que ocorrem mais como resultado de processos isomórficos do que competitivos.

Os processos de institucionalização são conceituados a partir do contato entre as

organizações e atores envolvidos (POWELL, DIMAGGIO, 1983). As organizações se tornam similares quando estruturado o campo organizacional, que por sua vez representa as organizações que constituem uma área reconhecida da vida institucional e influencia isomorficamente as instituições.

Baseando-se na teoria institucional, Lopes e Martins (2012) comentam sobre a conformidade com o ambiente institucional e a exigência de que as organizações devam internalizar regras e normas externas úteis às organizações, a fim de alcançar a probabilidade de sobrevivência, seja pela reprodução (imitação) ou isoformismo (coercitivo, mimético ou normativo).

O isomorfismo facilita as transações interorganizacionais e favorece seu funcionamento interno, já que incorporam regras socialmente aceitas. O isomorfismo institucional é dividido em: coercitivo (o mais forte exerce pressões formais e informais sobre o outro), mimético (adoção procedimentos e práticas já consolidadas/ *benchmarking*) e normativo (interpretação e ação frente aos desafios organizacionais) (LOPES E MARTINS, 2012).

Coase (1937) aborda a nova economia institucional na qual as instituições nascem para resolver os limites maximizados pelos agentes como dificuldades de monitoramento e problemas de informações e elas diminuem as dúvidas provendo melhores estruturas para que as trocas sejam efetivadas. As instituições não conseguem evitar as obrigações normativas, mas devem considerar os atores do processo quando os sociais e as obrigações passam a ter um status de regra no pensamento e na ação social (MEYER; ROWAN, 1983).

Peci (2006, p. 11) acredita que “o novo institucionalismo é uma corrente pouco preocupada em termos teóricos e empíricos com processos de mudança e transformação organizacional e institucional”, influenciar esse status quo a negligência do poder.

O neoinstitucionalismo de Selznick traz novos subsídios aos estudos, pois além de considerar os elementos objetivos como recursos materiais e capital, considera também as

crenças e normas institucionalizadas. Já o velho institucionalismo abrange as políticas econômicas em ambientes de pequenas comunidades enquanto o novo institucionalismo aborda as populações de organizações com maior amplitude, como setores e entidades governamentais (DIMAGGIO; POWELL, 1991).

Para Carvalho, Vieira e Dias (2011) a escola institucional interpreta a organização como um ambiente formado pela concorrência além dos recursos humanos, materiais e econômicos, mas também considera a presença de elementos sociais em busca da legitimidade e aceitação no contexto em que está inserida. O arcabouço teórico institucional se sobressai quando analisa as entidades, pois checa os valores dos atores sociais no ambiente e toda a relação de recursos e objetivos que são utilizados por eles.

Tanto no ambiente institucional quanto no técnico, as entidades são avaliadas pela adaptação às exigências sociais e eficiência, por uma busca contínua de legitimação. O ambiente é a principal contribuição auferida pela teoria institucional, é o que diz Perrow (1990) apud Carvalho, Vieira e Lopes (2001), pois ela centraliza a discussão sobre a realidade organizacional a legitimidade e o isomorfismo como fatores vitais para sua sobrevivência.

Scott (2016) define os ambientes institucionais e técnicos, onde o primeiro é determinado quando as organizações buscam apoio e legitimidade do ambiente pelas normas e exigências e, o segundo é exercido quando uma entidade é reconhecida por sua eficácia e eficiência nos processos exercidos. Nesse contexto e abordando a democracia, Scott (2016, p. 4, tradução própria) comenta sobre as instituições que não funcionam muito bem: “porque acreditamos que cada pessoa tem o direito de influenciar seu futuro e isso é um valor. E se você começar a criar sistemas nos quais as pessoas realmente não têm controle, perderá a capacidade de proteger esse valor”.²

Neste contexto e nos tempos modernos, as estruturas organizacionais formais surgem em

² Because we believe each person has a right to have some influence over their futures and that's a value. And if you begin to create systems in which people really don't have any control, then you have lost the ability to protect that value.

ambientes demasiadamente institucionalizados. Corroborando com Scott (2016) as organizações mais fortes forçam a incorporação de novos procedimentos e as que não funcionam muito não aumentam a sua legitimidade. Muitas vezes a compatibilidade das regras institucionalizadas não combina com os critérios de eficiência.

Os teóricos institucionais se interessam tradicionalmente em descrever os processos pelos quais as práticas e ações se tornam institucionalizadas, e o papel das instituições na sociedade sob esse ponto de vista (SCOTT, 1987).

Scott (2016) salienta que nos tempos atuais no Brasil e em vários lugares, as grandes instituições não estão funcionando muito bem, não do jeito em que foram projetadas para funcionar causando instabilidade e desconfiança e que os pesquisadores institucionais deveriam abordar essa questão.

Conforme evidencia Schmidt (2015) a importância do estudo contínuo das organizações se dá, pois, as mesmas são criadas pelo homem que evoluem de acordo com as crenças e percepções humanas e elas acabam assumindo políticas e estruturas como mudança na legislação e evolução das normas sociais entendidas pela abordagem institucional (NORD et al, 1999). É esclarecedor utilizar a definição comumente usada de North (1990) e North (1993) sobre instituições: são como um conjunto de regras formais e informais do jogo social reforçadas no decorrer do tempo, sendo formada por atores como as organizações, as construções sociais, os grupos e os indivíduos.

Embora não exista uma definição simples e amplamente aceita, Burns e Scapens (2000, p. 8) definem instituição a partir da versão de Barley e Tolbert (1997), ou seja, como “[...] pressuposições compartilhadas e aceitas de forma inquestionável, as quais identificam categorias de atores humanos e suas atividades e relacionamentos apropriados”.

Nesse contexto, a teoria institucional ajuda na compreensão de como as organizações interagem com o ambiente a sua volta. Assim, as organizações pautam suas decisões conforme os parâmetros socialmente aceitos, firmando um acordo entre elas e a

população.

2.1.1 Legitimação das Instituições

A legitimidade é obrigatória para as organizações, enquanto entidades sociais. Dessa maneira, as entidades procuram ajustar suas práticas e estruturas aos valores presentes na sociedade no qual elas estão inseridas. Desta forma, Meyer e Rowan (1977) apontam que a institucionalização representa um processo que está condicionado pela conformidade das organizações às normas socialmente aceitas.

A legitimação das instituições acompanha os estudos da teoria institucional, como Théret (2003) comenta que o institucionalismo está passando por uma renovação em seus estudos, pois está levando em conta a necessidade de se entender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, além das mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais.

De acordo com Lopes e Iudícibus (2012) a teoria institucional enfatiza que para serem entendidas como legítimas, as organizações precisam trabalhar em torno das regras e das crenças institucionalizadas. As organizações absorvem as regras e rotinas baseadas na alegação da legitimação no ambiente interno e externo que estão inseridas (FONTES FILHO, 2003).

Conforme os autores utilizados DiMaggio e Powell (1988) no institucionalismo as inter-relações entre indivíduos e as estruturas sociais são consideradas, desde as manifestações de grupos até comportamentos individuais, o que acarreta importância de estudos por essa ótica.

DiMaggio e Powell (1987) explanam que as instituições podem ser resistentes à mudança

na tentativa de legitimar os seus padrões fortificando o discurso proferido por Scott (2016). As entidades que incorporam elementos racionais que foram socialmente legitimados em suas estruturas formais tendem a maximizar a sua legitimidade. A sociedade tende a se tornar cada vez mais consciente da necessidade de uma fiscalização constante e a evidenciação de informações voluntárias exercendo papel fundamental no processo de legitimação das entidades públicas. Hall e Taylor (2003) frisam que nessa vertente, as organizações adotam práticas socialmente aceitas para fins de legitimação social.

Um dos empecilhos para legitimação é a corrupção. A opinião pública a reconhece como um dos principais problemas para a democracia e o sistema público e que para desnaturalizar esse fenômeno é necessário compreender as práticas e instituições brasileiras que são ligadas a permanência do fenômeno, como explica Filgueiras e Avritzer (2011).

À luz da teoria apresentada, Macadar, de Freitas e Moreira (2015) mostraram que a transparência no pilar regulador (ordenamento legal) reflete o saber moral e social, entendendo como procedente aceitável e pertinente, na avaliação do pilar cognitivo, eles reiteram que as entidades se aproximam das mais adequadas que gozam da legitimidade da aprovação social.

2.2 TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA

Cada vez mais o conceito de transparência é encontrado na literatura acadêmica, porém seu significado não é ainda totalmente exato (PAIVA, ZUCCOLOTTO, 2012). Em parte, essa ocorrência se relaciona ao conceito ser usado como fluxo das informações. Matias-Pereira (2010) apresenta a transparência como abertura, ou seja, possibilita aos *stakeholders* a confiança no processo de tomada de decisão e nas ações de gestão das entidades públicas durante a sua atividade, onde a comunicação é completa e a informação é segura. Além disso, De Melo, Martins e Martins (2016, p. 3) explicam que “ser

transparente é mais do que divulgar informações; é dispor de pareceres que o cidadão saiba analisar, compreender e julgar”.

A atenção a este tema surgiu na Inglaterra com a implantação da administração pública da parte gerencial, mas Heald (2003) salienta que por volta dos anos 90 a transparência pública começou a integrar a agenda do governo, ganhando expressão social. O estudo de Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), mostrou que antes do conceito ganhar relevância, já era associado com as relações políticas, assim os autores apontam que este conceito se desenvolveu com base no contexto das relações internacionais, contexto interno de cada país e no contexto corporativo, fundamentando-os em Hood e Heald (2006).

A primeira tentativa brasileira de implementação de uma política de transparência na gestão pública do país foi com a CF/88 com o princípio da publicidade conforme Do Valle (2001), assim os administradores públicos se tornaram obrigados a dar ciência publicamente de seus atos. Cruz (2010) certifica que a transparência só existe se efetivamente a informação for aberta, clara e simples, disponível para qualquer cidadão. Como corrobora Guerra (2013), o constituinte precisa compreender as informações que foram divulgadas, ou seja, a transparência pública não é cumprida somente na descrição dos atos, mas sim na clareza de sua divulgação. Para que a sociedade utilize de mecanismos institucionais e que eles sejam eficazes, é primordial que os governos divulguem as informações.

Zuccolotto e Teixeira (2017) abordam perspectivas analíticas como de orçamento e contábil no Brasil. O questionamento dado é que todos estão no mesmo contexto legal para os estados serem diferentes em transparência, ressaltando que transparência e accountability estão ligados para existir a democracia.

2.2.1 Principais normas que favorecem a transparência brasileira

Visando a garantia de acesso à informação pela sociedade, normas são criadas para fomentar a divulgação por parte do Estado. Platt Neto et al. (2009), apresenta que o primórdio para a divulgação de informações surgiu com a CF/88, estabelecendo o princípio

fundamental da publicidade dos atos da Administração Pública (art. 37, § 1º).

O princípio citado acima, consta no artº 37, § 1º da CF/88: A Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. [...] § 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos Órgãos Públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Cruz et al (2012) cita que a próxima exigência legal foi a Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), que passou a exigir a transparência da gestão fiscal no Brasil, para ser acompanhada e fiscalizada periodicamente tanto pela sociedade tanto pelos Órgãos de controle. Jardim (2012) apresenta que a Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) propiciou a implantação dos princípios sobre o direito de acesso à informação que constam na CF de 1988, ela obrigou a Administração Pública a divulgar tanto ativa quanto passivamente as informações, além de reforçar que as autoridades governamentais brasileiras precisam de transparência em suas ações (RAUP, 2014).

A transparência no país estabelece exigências de transparência ativa e passiva conforme a legislação. Raupp e Pinho (2011) definem que quando a divulgação da informação ocorre por iniciativa da Administração Pública sem solicitação, é uma transparência ativa. Já quando a sociedade demanda uma informação, é transparência passiva.

Vale destacar das legislações apresentadas que, de acordo com Lima e Costa (2017), a Lei de Acesso à Informação é um mecanismo determinante para que o Estado forneça as informações aos cidadãos.

Para efetivar os mecanismos implantados pelo ordenamento jurídico brasileiro, os governos precisam se adaptar à realidade da globalização e da era do conhecimento. Mello e Slomksi (2010) comentam que as tecnologias de informações e comunicação têm papel fundamental no modo como o Estado executa as suas funções. Essas tecnologias podem mudar a forma como é feita a gestão pública, visto que a sociedade como um todo exige acesso rápido e facilitado ao governo.

Conforme Medeiros e Guimarães (2004) a forma de relacionamento do Estado com a comunidade foi se modificando, principalmente com desenvolvimento dos computadores, meios de comunicação e internet, possibilitando uma administração pública mais eficiente, democrática e transparente.

Vaz, Ribeiro e Matheus (2010) relacionam a transparência com dados abertos governamentais (utilizar dados brutos para construir conhecimento para a sociedade através de tecnologia da informação). O estudo mostra o que podemos ter no Brasil pela discussão de dados abertos e como a Lei de Acesso à Informação traz vantagens. Os autores concluem que surgiu uma exigência para a transparência - a disponibilização na internet em dados abertos de tudo que não for sigiloso, sendo necessário se repensar nas práticas e teorias de governança tradicionais.

Quadro 1 – Legislações brasileiras sobre transparência

Nome	Referência	Descrição
Lei das Finanças Públicas	Lei nº 4.320/1964	Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
Constituição Federal	1988	No que tange ao recorte do estudo, este documento apresenta as exigências de apresentação de informações por órgãos da administração pública e assegura a todos o direito de obter dos órgãos públicos.

Lei de Responsabilidade Fiscal	Lei Complementar nº 101/2000	Estabelece as normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal e exige a divulgação de demonstrações que favoreçam a transparência.
Lei da Transparência	Lei Complementar n. 131/2009	Complementa a LRF, obrigando a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira em tempo real de todos os entes.
Lei de Acesso a Informação	Lei nº 12.527/2011	Regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas.

Fonte: elaborado pela autora (2019) com base em Planalto (2019).

Para ilustrar o arcabouço do tema na base legal brasileira, o quadro 1 apresenta os principais marcos legais no contexto de transparência.

2.2.2 Transparência na gestão pública municipal

O sistema de governo brasileiro é o federalismo, consolidando a democracia após descentralização. Nesse sistema, como exposto por Teixeira e Zucolotto (2017, p. 391) “não basta apenas que o governo central esteja engajado em políticas de transparência. As unidades subnacionais também precisam fazer sua parte para que os cidadãos se apropriem das informações”.

O município desempenha as funções próprias do governo local. Segundo Pinho e Santana (1999), "a esfera municipal, principalmente, tem sido alvo de atenção pela responsabilidade, valorização e expectativa que lhe são atribuídas". Isto ocorre por que é no nível municipal, também chamado de subnacional ou local, onde a população encontra-se mais próxima dos gestores públicos, permitindo maiores cobranças.

Pinho e Sacramento (2009), comentam que os municípios receberam bastante

responsabilidade e competências vindas dos governos centrais, obtendo maior autonomia na administração e execução das políticas públicas locais. Isso ocorreu no Brasil, após a reforma institucional, efetuada a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, ela instituiu os municípios como entes da federação.

Assim, de acordo com a CF/88, os municípios possuem autonomia político-administrativa e financeira. Sob a perspectiva jurídica, os municípios são entidades com personalidade jurídica de direito público interno, que, diferentemente dos outros níveis de governo (federal e estadual), compõem-se de apenas dois poderes: o legislativo e o executivo. Os poderes não são hierárquicos, entretanto, há divisão de papéis e atores políticos responsáveis pela função (TRAVAGLIA, 2017).

A importância dos governos locais está, conforme salientam Pinho e Santana (1999) em uma das razões, na dificuldade de lidar com desafios complexos pelos governos centrais, transferindo para os governos locais. Ademais, essa aproximação entre nível subnacional e a sociedade colabora para o acompanhamento, controle e interação entre Estado-sociedade. Platt Neto (2005) observa que as exigências legais e sociais mostram que a gestão pública municipal carece de sistemas de controle adequado, bem como de informação. Allebrandt (2002) em seu estudo comenta que nos municípios de tamanho pequeno e médio, as exigências pelo atendimento das solicitações das comunidades são cobradas mais incessantemente, já que os habitantes estão mais próximos dos governantes responsáveis pelas políticas públicas de nível local. Abrucio (2005) apresenta em seu estudo cinco questões que colocam obstáculos ao bom desempenho dos municípios do país: desigualdade de condições econômicas, discurso do municipalismo autárquico, metropolização acelerada, padrão de relações intergovernamentais e resquícios ainda existentes tanto de uma cultura política como de instituições que dificultam a accountability democrática. Essas questões travam em problemas locais, mesmo com os avanços conquistados pela descentralização.

Raupp (2011) evidencia o grande esforço e desafio proposto à maioria dos municípios brasileiros que dispõem de autonomia fiscal, administrativa e política, porém possuem um sistema arrecadatório ruim. Assim questiona a efetivação da LAI em municípios, já que são necessários recursos para a ocorrência do bom cumprimento da legislação, como para mudar a rotina interna dos entes subnacionais, para não só cumprir prazos, mas sim atender a todos os requisitos de transparência exigidos. Fanstone e Monteiro (2012, p. 446) exprimiram que “houve por parte das municipalidades certo descaso com as determinações legais, seja quanto à transparência da coisa pública, seja quanto à divulgação das informações ao público em meios eletrônicos”. De Arruda (2016) salienta que mesmo havendo esforços institucionais realizados por Órgãos, que têm de alguma forma, responsabilidades de promoção da transparência em seus âmbitos federativos, a deficiência ainda é evidente. Podendo prejudicar a relação Estado-sociedade, pois conforme dito por Cruz (2010), a transparência possibilita uma aproximação entre os governos locais e os cidadãos.

2.2.3 Estudos Anteriores

Abaixo no Quadro 2 constam os estudos nacionais considerados relevantes para esta pesquisa sobre a temática transparência pública por portais eletrônicos:

Quadro 2 – Estudos relevantes para a pesquisa

Autores	Objetivo Geral	Metodologia	Resultados
Raupp (2011)	Investigar a capacidade dos portais eletrônicos de Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina para a construção de <i>accountability</i> .	Observou-se 17 portais de câmaras municipais do estado de Santa Catarina, cujos municípios possuem mais de 50.000 habitantes. A construção do modelo de análise levou em consideração indicadores de baixa, média e alta capacidade para a prestação de contas, a transparência e a busca da participação/interação com o cidadão, sendo essas as dimensões da <i>accountability</i> observadas.	Constatou-se que a maioria dos portais apresenta baixa capacidade em construir prestação de contas, transparência e participação.
Cruz et al (2012)	Verificar o nível de transparência das informações acerca da gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem	Investigou-se os portais eletrônicos de 96 municípios incluídos entre os 100 mais populosos do Brasil e quais características e indicadores socioeconômicos dos municípios podem contribuir para explicar o nível de transparência observado. O nível de transparência da gestão pública foi verificado a partir de um modelo de investigação denominado Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal (ITGPM), construído com base em códigos	O nível de transparência da gestão pública foi verificado a partir do Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal, as evidências empíricas apontam para

	contribuir para explicar o nível de transparência observado.	internacionais de boas práticas de transparência e governança, na legislação brasileira aplicável e nas experiências de pesquisas anteriores de natureza semelhante realizadas no Brasil e no exterior.	baixos níveis de transparência, considerados incompatíveis com o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Há associação entre as condições socioeconômicas dos municípios e os níveis de transparência na divulgação de informações acerca da gestão pública observados nos sites dos grandes municípios brasileiros da amostra.
Avelino (2013)	Identificar as características explicativas do nível de <i>disclosure</i> voluntário de municípios do Estado de Minas Gerais em seus portais eletrônicos.	Examinou-se a divulgação de 32 indicadores, sendo 16 referentes à LRF e 16 referentes à LAI, considerando a frequência da divulgação e a influência na divulgação de fatores como: mesorregiões, partido político do prefeito, população, receita corrente líquida, PIB per capita, índice de desenvolvimento humano (IDH-M) e taxa de analfabetismo.	O tamanho do ente público e o IFDM podem ser considerados características explicativas do nível de <i>disclosure</i> voluntário. Quanto apenas aos municípios de médio e grande porte, a taxa de alfabetização foi, igualmente, considerada uma característica explicativa. Quanto ao modelo <i>logit</i> , variáveis partidárias influenciaram <i>disclosure</i> superior. Assim, indicadores de natureza socioeconômica exercem maior influência no nível de <i>disclosure</i> voluntário do que outras variáveis explicativas.

Machado (2013)	Determinar os fatores explicativos do nível de evidência de municípios da Região Sul do Brasil, nas respectivas páginas eletrônicas publicadas na internet.	Construiu-se um conjunto de 86 indicadores de informação e formulou um conjunto de hipóteses, com o pressuposto de que há uma relação entre os fatores propostos e o Nível de Evidência dos municípios, testou-se pela técnica estatística da regressão linear múltipla.	Os resultados sugerem que o nível de evidência total das gestões públicas municipais em média é baixo, sendo que o município de Florianópolis/SC atingiu melhor nível de evidência, Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), a receita corrente líquida (RCL) e o partido político do prefeito municipal.
Marques (2014)	Analisar a evidência nas páginas eletrônicas de Prefeituras Municipais do Rio Grande do Sul com indicadores exigidos pela LRF e LAI.	As características dos entes públicos analisadas foram: gênero do gestor municipal, filiação partidária, escolaridade do(a) gestor(a) municipal, PIB per capita, receita orçamentária, população, transferências de recursos da União para os municípios, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), taxa de alfabetização, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) e participação no Programa de Fiscalização de Recursos Federais a partir de sorteios públicos. A amostra da pesquisa foi composta por 130 municípios, sendo 65 considerados de pequeno porte e 65 de médio e grande portes.	Os dados obtidos revelam uma baixa aderência das prefeituras ao cumprimento de divulgação da LRF e um pouco mais satisfatória na divulgação de indicadores relacionados à LAI. Fatores como IDHM, PIB per capita, população e região influenciam na frequência de divulgação.
De Arruda (2016)	Verificar quais fatores podem impactar no resultado do índice – Escala Brasil Transparente.	A partir desta premissa, buscamos identificar tais fatores e quantificar o impacto de cada um deles no resultado de avaliação de um dos índices de transparência criados recentemente – o Escala Brasil Transparente (EBT). Cumriu-se essa tarefa por meio das seguintes ações: (i) realização de pesquisa bibliográfica a partir da produção acadêmica; (ii) catalogação e análise dos instrumentos legais para transparência; (iii) levantamento das variáveis determinantes para a transparência; (iv) estabelecimento de relação entre tais variáveis e os índices de transparência encontrados, por meio de técnicas estatísticas, especialmente correlação e regressão.	De acordo com a correlação encontrada entre as variáveis selecionadas e a transparência, as conclusões são por hipóteses promissoras que merecem estudos mais detalhados, com técnicas qualitativas a fim de uma determinação mais precisa de causa-efeito.

Três e Fugalli (2015)	Avaliar se os municípios do Corede Rio da Várzea, RS atendem às determinações da Lei nº 12.527/2011 e da Lei Complementar nº 131/2009.	A pesquisa classifica-se como descritiva, de levantamento documental, com abordagem quanti-qualitativa.	Conclui-se que os municípios analisados atendem à Lei Complementar nº 131/2009. Apenas o item referente à “disponibilização das informações em tempo real” não está sendo cumprido por todos os municípios. Quanto ao atendimento da Lei nº 12.527/2011, 65% dos itens verificados obtiveram respostas positivas.
Dos Anjos e Bartoluzzio (2016)	Analisar as características dos municípios pernambucanos frente ao nível de transparência das informações sobre a gestão pública divulgadas nos portais eletrônicos, assim como suas características e indicadores socioeconômicos.	O Índice de Transparência da Gestão Pública Municipal foi verificado a partir do Índice de Transparência Municipal (ITM-PE), publicado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE), foram 181 municípios em Pernambuco analisados por meio da análise de conglomerados, considerando as seguintes variáveis: ITM-PE, População Total, Urbanização, Receita Tributária, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Taxa de Alfabetização, PIB per capita e Idade Média	As evidências apontam características comuns entre as variáveis sociais IDH-M e IFDM, Urbanização e os níveis de transparência. O grupo de municípios localizados na Região Metropolitana do Recife, tendem a divulgar mais informações sobre a gestão fiscal nos portais eletrônicos.

Fonte: Elaborado pela autora

Conclui nesse levantamento, que em geral, os estudos apontam baixos níveis de transparência das gestões públicas municipais. Esses trabalhos facilitam a comparação na análise dos dados.

3 METODOLOGIA

Este capítulo divide-se em quatro partes. A primeira parte apresenta a caracterização da pesquisa e os procedimentos de coleta de evidências para este estudo. A segunda parte apresenta o instrumento de coleta de dados e o universo, e a terceira aborda a variável independente ou a explicar e as variáveis dependentes ou explicativas e a quarta parte mostra o modelo estatístico utilizado.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA - TIPO DA PESQUISA

Para atender aos fins desse estudo, a abordagem utilizada foi quali-quantitativa, sendo predominantemente quantitativa ao utilizar procedimentos estatísticos para calcular a correlação entre a transparência e as variáveis da pesquisa e qualitativa ao tratar dos itens de transparência e seu cumprimento pelos municípios sem sua quantificação. O processo de abordagem quantitativa é aquele em que os números são usados para representar as propriedades das hipóteses, de modo que o método utilizado para tratamento dos dados é o estatístico. Vergara (2000), comenta que sua função é representar e explicar as observações quantitativas numéricas fornecendo uma descrição quantitativa das observações e permitindo comprovar as relações dos fenômenos entre si, o método estatístico empregado nessa pesquisa será a Regressão Linear Múltipla, além de teste adicionais pelo método ANOVA.

Essa pesquisa visa gerar entendimento acerca da transparência dos portais eletrônicos capixabas. Quanto aos seus objetivos se caracterizando como descritiva, no intuito de descrever as características do fenômeno, apresentando os aspectos em que os portais eletrônicos municipais do Espírito Santo se apresentam mais ou menos transparentes. (GIL, 1999; 2007). É de caráter documental quanto aos procedimentos técnicos, pois utiliza os dados que compõem os homepages das prefeituras da amostra (SILVA; MENEZES, 2005).

Em relação ao universo temporal é caracterizada como transversal (*cross-section*), que utiliza dados para descrever eventos em um único ponto no tempo (HAIR, 2005). A coleta descreve o momento em que os dados serão colhidos.

3.2 UNIVERSO E COLETA DE DADOS - INSTRUMENTO DE COLETA

Os homepages são o objeto em análise e a coleta de dados foi realizada através dos endereços eletrônicos dos respectivos portais, observando e analisando os dados, informações e serviços disponíveis nas *homepages* de acordo com o *checklist* montado. Todas as prefeituras municipais do Espírito Santo foram abrangidas na pesquisa, uma vez que todas possuem homepages. Paiva e Zuccolotto (2009) comentam a forma mais simples de um cidadão localizar o portal de seu município, sendo assim para identificar os websites, será utilizada a plataforma de pesquisa Google (www.google.com.br), com expressão padrão “Prefeitura Municipal de [nome do município] - ES”. Portanto os homepages municipais são o objeto de investigação.

A análise dos portais seguiu o procedimento proposto por Cruz et al (2012): acessar a *homepage*> conteúdo através do mapa do site; se não for disponibilizado mapa do site> buscar pelos links na página principal; caso não encontre as informações> buscar por meio do serviço de busca, se houver.

Justifica-se escolher essa amostra, pois os municípios são governos mais próximos aos cidadãos e o Espírito Santo é considerado um estado com alto grau de transparência, ocupando a 5ª posição no Ranking da Transparência realizado pelo Ministério Público de 2018, assim o estudo abrange todos os municípios do estado do Espírito Santo, uma vez que todos possuem uma homepage na internet, conforme o Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Relação dos municípios do Espírito Santo

Municípios capixabas em ordem alfabética		
Afonso Cláudio	Governador Lindenberg	Nova Venécia
Água Doce do Norte	Guaçuí	Pancas
Águia Branca	Guarapari	Pedro Canário
Alegre	Ibatiba	Pinheiros
Alfredo Chaves	Ibiraçu	Piúma
Alto Rio Novo	Ibitirama	Ponto Belo
Anchieta	Iconha	Presidente Kennedy

Apiacá	Irupi	Rio Bananal
Aracruz	Itaguaçu	Rio Novo do Sul
Atilio Vivacqua	Itapemirim	Santa Leopoldina
Baixo Guandu	Itarana	Santa Maria de Jetibá
Barra de São Francisco	Iúna	Santa Teresa
Boa Esperança	Jaguaré	São Domingos do Norte
Bom Jesus do Norte	Jerônimo Monteiro	São Gabriel da Palha
Brejetuba	João Neiva	São José do Calçado
Cachoeiro de Itapemirim	Laranja da Terra	São Mateus
Cariacica	Linhares	São Roque do Canaã
Castelo	Mantenópolis	Serra
Colatina	Marataízes	Sooretama
Conceição da Barra	Marechal Floriano	Vargem Alta
Conceição do Castelo	Marilândia	Venda Nova do Imigrante
Divino de São Lourenço	Mimoso do Sul	Viana
Domingos Martins	Montanha	Vila Pavão
Dores do Rio Preto	Mucurici	Vila Valério
Ecoporanga	Muniz Freire	Vila Velha
Fundão	Muqui	Vitória

FONTE: IBGE Cidades (2019).

A coleta das evidências para a construção da variável explicativa de transparência deu-se por meio da análise das informações dos municípios evidenciadas nas respectivas páginas eletrônicas na internet, a contar a homepage oficial e o portal da transparência do município. Este último foi lançado em 2004 pela Controladoria-Geral da União com intuito de certificar os gastos públicos e para aumentar a transparência e o acompanhamento pelos cidadãos. Assim, coletou-se os dados por estas plataformas a fim de verificar se contém as informações de como são aplicados os recursos públicos de forma clara e com fácil acesso, para que o cidadão visualize tais informações, analise-as e compreenda-as (CRUZ ET AL, 2012).

Os meios eletrônicos foram utilizados para essa pesquisa pois é uma maneira de aproximar o governo à sociedade, uma vez que os dados podem ser divulgados com rapidez,

simplificando o processo de comunicação com um custo relativamente acessível (PIERANTI, RODRIGUES, PECI, 2007).

A busca pelas informações iniciou-se por meio do acesso aos links diretos da página eletrônica, na qual todos os 78 municípios possuíam. Os itens foram coletados durante o mês de maio e junho. No Apêndice A consta o instrumento utilizado para coletar as informações nas homepages e informa as considerações abordadas ao colher cada informação. Já a coleta dos dados para a construção das variáveis explicativas foi realizada durante o mês de junho de 2019, apresentado a sua fonte no quadro abaixo:

Quadro 4 – Fonte da coleta das variáveis independentes

Variáveis	Fonte
1. Região	www.es.gov.br
2. População Total	www.ibge.gov.br
3. PIB <i>per capita</i>	www.ibge.gov.br
4. Índice de Potencial de Consumo	www.ipcbr.com
5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	www.atlasbrasil.org.br
6. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal	www.firjan.org.br
7. Receita Corrente Líquida	Páginas eletrônicas municipais e www.tesouro.gov.br
8. Dívida Consolidada Líquida	Páginas eletrônicas municipais e www.tesouro.gov.br
9. Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida	Páginas eletrônicas municipais e www.tesouro.gov.br

Fonte: elaborado pela autora.

3.3 VARIÁVEIS ANALISADAS

A construção do índice que será utilizado como variável dependente foi adaptado a partir de três documentos: do manual de transparência elaborado pela Controladoria Geral da União³ para estados e municípios que abrangem a legislação nacional e pela Escala Brasil Transparente⁴ e o Ranking Nacional de Transparência⁵. Os índices de transparência foram

³ Disponível em:

<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparenciapublica/brasiltransparente/arquivos/manual_lai_estadosmunicípios.pdf> Acesso em: 26 mar, 2019.

⁴ Disponível em: <<http://transparencia.gov.br/pdf/b0279709-25c3-46fd-9a13-32e504dffc3c.pdf>> Acesso em: 26 mar, 2019.

⁵ Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/o-projeto-new/ranking/itens-avaliados>> Acesso em: 26 mar, 2019.

avaliados por Miola et al (2018), dos apresentados em seu estudo, esses dois foram escolhidos através do público analisado em que âmbito e poder, nas quais atendam o Poder Executivo no âmbito municipal, sendo eles: Escala Brasil Transparente, Ranking Nacional de Transparência e Cidade Transparente. No estudo elaborado por De Arruda (2016), o mesmo cita os dois primeiros apresentados anteriormente e o índice de transparência do Contas Abertas, para fins desse estudo os índices incluídos serão o Ranking Nacional de Transparência e a Escala Brasil Transparente, pois eles abrangem todos os municípios e a aplicação de ambos é feita anualmente.

Após a análise descrita acima, foi elaborado um *checklist*, como Beuren (2003) diz é um instrumento de coleta de dados em que o pesquisador elabora um roteiro de itens que devem ser verificados, podendo ser pelo exame da amostra selecionada, averiguando os elementos necessários para a aplicação de seu estudo.

O quadro 5 a seguir apresenta o *checklist* proposto, dividido em duas macros seções: sobre o sitio eletrônico e sobre o conteúdo:

Quadro 5 - Checklist do Índice de Transparência do Estudo

Sobre o Sítio eletrônico		
Item	Assunto	Referências
1	O ente possui informações sobre Transparência na internet.	- Art. 48, II, da LC 101/00; - Art. 8º, §2º, da Lei 12.527/11; - Ranking Nacional da Transparência.
2	O domínio segue o padrão “municipio.uf.gov.br”.	- Resolução CGI.br/ RES/2008/008/P
3	O sítio contém ferramenta de busca de conteúdo que permite o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. I); - Ranking Nacional da Transparência.
4	Divulgação do normativo local que regulamenta a LAI em local de fácil acesso.	- Lei nº 12.527/11, art. 7º, inciso I; - Escala Brasil Transparente.
5	A seção “Fale Conosco” informa e-mail ou número de telefone para contatos.	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. VII).
6	Há uma seção “Perguntas mais frequentes”.	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §1º, Inc. VI).
7	O acesso é livre, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º, §2º, Inc. III).

8	O sítio possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina. (Requisito de uso de padrões de interoperabilidade e formatos abertos).	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. III); - Escala Brasil Transparente.
9	O sítio deve adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, requisito de acessibilidade.	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. I); - Ranking Nacional da Transparência.
10	Possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações.	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. II). - Portaria MP/SLTI nº 5/2005;
11	São divulgados, em detalhes, os formatos utilizados para estruturação da informação.	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. IV).
12	Nome do link estático para acesso ao portal da transparência do município.	- Recomendação em linha com Art. 8º caput da Lei nº 12.527/2011.
13	Adoção de boas práticas de usabilidade.	- Padrões Web em Governo Eletrônico – Cartilha de Usabilidade. http://www.governoeletronico.gov.br/biblioteca/arquivos/padrees-brasil-e-gov-cartilha-de-usabilidade
14	Estrutura Organizacional.	- Escala Brasil Transparente; - Lei nº 12.527/11, art. 8º, § 1º; - Ranking Nacional da Transparência.
15	Unidades Administrativas.	- Escala Brasil Transparente; - Lei nº 12.527/11, art. 8º, § 1º, inciso I; - Ranking Nacional da Transparência.

Sobre o conteúdo		
Item	Assunto	Referência
Detalhamento das despesas		
16	Indica a data da despesa possibilitando o acompanhamento da publicação das despesas em tempo real.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II); - Escala Brasil Transparente.
17	Apresenta o valor do empenho, liquidação e pagamento.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea a); - Ranking Brasil Transparência.
18	Número de processo da execução. (Quando houver a possibilidade, deve-se publicar essa informação).	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea b); - Escala Brasil Transparente.
19	Classificação orçamentária (especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto).	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea c).
20	Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária/ favorecida do pagamento.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea d); - (Lei Complementar nº 101/00, art. 48-A, inciso I); - Escala Brasil Transparente; - Ranking Brasil Transparência.

21	Procedimento licitatório realizado (Divulgação do procedimento licitatório, bem como, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade com o número do correspondente processo).	Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea e).
22	Descrição do bem fornecido ou serviço prestado (Detalhamento do bem fornecido ou serviço prestado).	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. I alínea f); - Escala Brasil Transparente.
23	Unidade gestora.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. IV).
24	Permite gerar relatório da consulta de empenhos ou de pagamentos em formato aberto.	- (Lei Complementar nº 101/00, art. 48-A, inciso I); - Escala Brasil Transparente.
Detalhamento das Receitas		
25	Data da posição (Possibilita acompanhar a publicação das receitas em tempo real).	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 2º §2º Inc. II).
26	Unidade Gestora.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput).
27	Natureza da Receita.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II caput); - Ranking Brasil Transparência.
28	Classificação da Receita (no mínimo, categoria ou origem).	- (Lei Complementar nº 101/00, art. 48-A, inciso II); - Escala Brasil Transparente.
29	Valor da previsão.	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea a); - Escala Brasil Transparente; - Ranking Brasil Transparência.
30	Valor da arrecadação (Indica o valor da arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários).	- Decreto nº 7.185/2010 (Art. 7º Inc. II alínea c); - Escala Brasil Transparente; - Ranking Brasil Transparência.
Informações Financeiras/ Relatórios		
31	Possui a versão simplificada do Plano Plurianual (PPA).	- Art. 48 LRF
32	Possui a versão simplificada da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).	- Art. 48 LRF
33	Apresenta a Prestação de Contas (relatório de gestão) acompanhada de parecer prévio do Tribunal de Contas e de versões simplificadas.	- Art. 48 LRF; - Ranking Nacional de Transparência.
34	Possui Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) na versão simplificada.	- Art. 48, caput, da LC 101/00; - Art. 30, III, da Lei 12.527/11; - Ranking Nacional de Transparência.
35	Possui Relatório de Gestão Fiscal (RGF) na versão simplificada.	- Art. 48, caput, da LC 101/00; - Art. 30, III, da Lei 12.527/11; - Ranking Nacional de Transparência.
36	Possui balanço Anual do Exercício Anterior.	- Lei 9.755/98 (Art. 1º Inciso IV)
37	Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.	- Art. 48, caput, da LC 101/00; - Art. 30, III, da Lei 12.527/11; - Ranking Nacional de

		Transparência; - Escala Brasil Transparente.
38	O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações.	- (Art. 8º, §3º, II, da Lei 12.527/11); - Ranking Nacional de Transparência.
Procedimentos Licitatórios		
39	Informações concernentes a procedimentos licitatórios: publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, número/ano do edital, modalidade, objeto, situação/ status; Disponibiliza o conteúdo integral dos editais.	- Lei 12.527/2011 (Art. 8º §1º Inciso IV); - Escala Brasil Transparente; - Ranking Brasil Transparência.
40	Dados integrais dos contratos – objeto, valor, favorecido, número/ano, vigência, licitação de origem.	- Lei 12.527/2011 (Art. 8º §1º Inciso IV); - Escala Brasil Transparente; - Ranking Brasil Transparência.
41	Possibilita a consulta aos resultados das licitações ocorridas.	- Lei 12.527/2011 (Art. 8º §1º Inciso IV); - Escala Brasil Transparente; - Ranking Brasil Transparência.
42	Possui resumo dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior e conteúdo integral dos contratos.	- Lei 9.755/98 (Art. 1º inciso V); (Art. 26 caput); (Art. 61 § único); (Art. 62 § 3º); - Lei nº 8.666/93 (Arts. 116, 117, 119 e 124); - Escala Brasil Transparente.
43	Relações Mensais de todas as compras feitas pela Administração direta e indireta.	- Lei 9.755/98 (Art. 1º Inciso VI); - Lei 8.666/93 (Art. 16).
44	Permite gerar relatório da consulta de licitações ou de contratos em formato aberto.	- Escala Brasil Transparente.
Serviço De Informações Ao Cidadão – SIC		
45	Possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial - indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico, Órgão, endereço, telefone, horários de funcionamento.	- Art. 8º, §1º, I, c/c Art. 9º, I, da Lei 12.527/11; - Ranking Nacional da Transparência; - Escala Brasil Transparente.
46	Possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (E-SIC).	- Art.10º, §2º, da Lei 12.527/11; - Ranking Nacional da Transparência; - Escala Brasil Transparente.
47	A solicitação por meio do E-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação, tais como: envio de documentos, assinatura reconhecida, declaração de responsabilidade e maioridade.	- Art.10º, §1º, da Lei 12.527/11; - Ranking Nacional da Transparência; - Escala Brasil Transparente.
Outros		
48	Divulga a remuneração individualizada por nome, cargo e função do agente público.	- Lei nº 12.527/11, art. 8º, § 1º, incisos III e V; - Ranking Nacional da Transparência; - Escala Brasil Transparente.

49	Divulga diárias e passagens por nome de favorecido e constando, data, destino, cargo e motivo da viagem.	- Lei nº 12.527/11, art. 8º, § 1º, incisos III e V; - Ranking Nacional da Transparência; - Escala Brasil Transparente.
	Acompanhamento de obras públicas – objeto, valor total, empresa contratada, data de início, data prevista para término ou prazo de execução, valor total já pago ou percentual, situação atual da obra.	- Lei nº 12.527/11, art. 8º, § 1º, inciso V; - Escala Brasil Transparente.

Fonte: elaborado pela autora com base em CGU, Ranking da Transparência e Escala Brasil Transparente.

A avaliação do índice de transparência do estudo é baseada conforme proposto por Pessoa (2013), é composto de 49 itens de verificação, todos binários, sendo que é dado 1 quando ocorre e 0 quando não ocorre, não ponderados, pois todos os itens têm o mesmo peso e não graduados, ou seja, não se considera o nível de ocorrência, nem sua escala. O resultado do índice de transparência do estudo – variável a ser explicada – será medida conforme Machado (2013), podendo variar de 0 a 49.

Após a coleta de dados dos itens do checklist, realizou-se uma estatística descritiva comparando a transparência entre os municípios capixabas. Zuccolotto (2015) em sua tese realizou um levantamento em trabalhos seminais e constatou que os estudos abordavam como variáveis explicativas para explicar a transparência as variáveis socioeconômicas, sóciodemográficas, fiscais e políticas. Para fins desse estudo, o recorte será sobre as variáveis socioeconômicas e sóciodemográficas.

Para este estudo foram selecionados os seguintes indicadores como variáveis explicativas: PIB per capita, região, população, Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice de Potencial de Consumo (IPC), Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada Líquida e Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida, com a intenção que essas reflitam as condições econômicas, demográficas e sociais dos municípios pesquisados.

Quadro 6 - Resumo das variáveis em análise

Variáveis em análise		
Indicador	Variáveis	Definição
Índice de Transparência do estudo	Dependente	Variável de natureza quantitativa que pode variar de 0 a 49, que consiste no escore resultante da aplicação do instrumento de coleta de dados proposto nas <i>homepages</i> dos municípios.

Região	Independente	Variável categórica decorrente do agrupamento dos municípios de acordo com a região geográfica onde se situa o estado a que pertencem.
População Total	Independente	Variável quantitativa que representa a população dos municípios.
PIB per capita	Independente	Indicador do nível de atividade econômica do município.
Índice de Potencial de Consumo (IPC)	Independente	Índice que mede o potencial de consumo de um município a partir dos seguintes fatores: renda das famílias, consumo das famílias em relação à riqueza produzida (PIB) e variação da renda dos municípios (arrecadação tributária).
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Independente	Índice que mede o nível de desenvolvimento humano de um município a partir de indicadores de educação, longevidade e renda.
Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM)	Independente	Índice que tem como objetivo acompanhar o desenvolvimento humano, econômico e social de todos os municípios brasileiros.
Receita Corrente Líquida	Independente	Variável de natureza quantitativa que apresenta o arrecadado pelos municípios líquido.
Dívida Consolidada Líquida	Independente	Variável quantitativa que representa o montante da dívida consolidada deduzido o saldo dos haveres financeiros.
Dívida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida	Independente	Percentual de endividamento dos municípios.

Fonte: elaborado a partir de Cruz et al (2011) e Machado (2013).

A variável dependente Índice de Transparência do Estudo foi elaborada com base no resultado do *checklist* proposto no quadro 5, variando entre 0 e 49. Este *checklist* foi composto pelas legislações apresentadas pela CGU em seu manual para implementação de portais em estados e municípios, pela Escala Brasil – índice desenvolvido pela CGU e pelo Ranking Nacional da Transparência do Ministério Público Federal. As variáveis independentes foram adaptadas do estudo de Cruz et al (2011) e Machado (2013), espera-se que elas possam explicar o atendimento dos itens de transparência pública dos municípios, conforme apresentando por Machado (2013), abaixo segue a descrição delas:

A Região é o agrupamento dos municípios conforme suas localizações geográficas dentro dos estados. Para tal, será utilizado a classificação dos municípios proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E, assim, a *dummy* será: valor 1 (um) para os municípios que estão situados na região metropolitana do Espírito Santo, e valor 0 (zero) para os municípios situados no interior.

A população considerada teve como base a última coleta disponível do IBGE em 2016.

Para o uso estatístico, o montante populacional será em milhares.

Machado (2013) comenta que o Produto Interno Bruto (PIB) pode ser considerado como um dos principais indicadores de uma economia e pode ser entendido como o valor adicionado de toda a produção de diversos setores da sociedade. Já o PIB per capita corresponde o valor do PIB dividido pela população total de um país, estado ou município. Nesse sentido, o valor do PIB per capita dos municípios estudados será obtido na página eletrônica do IBGE. Para um melhor tratamento estatístico, será desconsiderado as dezenas dos valores correspondentes ao PIB per capita dos municípios.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) dos municípios foi criado nos anos 90 pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). O seu cálculo é composto por três indicadores: longevidade; educação e renda (CRUZ, 2010). Nesse sentido, o IDH municipal é a média geométrica desses três indicadores (PNUD, 2013), e resulta em uma variação entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior será o desenvolvimento do município.

O índice FIRJAN de desenvolvimento municipal (IFDM) dos municípios pesquisados pode servir para identificar possíveis carências dos municípios e orientar as políticas públicas, assim como acompanhar o seu impacto no desenvolvimento dos municípios. Com base em dados estatísticos oficiais evidenciados pelos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho, a metodologia de cálculo do IFDM contempla três indicadores: emprego e renda; educação e saúde, sendo o IFDM geral a média aritmética desses três indicadores. O IFDM é expresso em um número entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, melhores serão os indicadores de emprego, saúde e educação do município (MACHADO, 2013).

O Índice de Potencial de Consumo (IPC) é um indicador que atribui a cada município a sua participação percentual no potencial total de consumo do país. Considerando que o

potencial total do mercado nacional seja 100%, assim o que será utilizado é o resultado por município calculado pelo IPC Brasil.

A receita corrente líquida é o somatório de todas as receitas correntes, subtraindo-se as deduções previstas específicas para cada ente, conforme o art. 2º inciso IV da LRF. A RCL é base de cálculo para todos os limites estabelecidos na LRF, com destaque para os limites das despesas com pessoal, previdenciários e de endividamento (SANTANA JUNIOR, 2008). Para a análise estatística não foram consideradas as centenas e dezenas referentes aos montantes da receita corrente líquida dos municípios. O mesmo tratamento de dados ocorreu para a dívida consolidada líquida, ela exprime o montante da Dívida Consolidada (DC) deduzido o saldo relativo aos haveres financeiros (disponibilidade de caixa e demais haveres financeiros). O índice de endividamento dos municípios DCL/RCL compõe o percentual da dívida em relação à receita (STN, 2019).

Para os dados de receita corrente líquida, dívida consolidada líquida e índice de endividamento foram extraídos do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, pertencente à Secretaria do Tesouro Nacional e quando não disponível procurado nas páginas eletrônicas dos municípios disponíveis na internet.

Uma das limitações deste trabalho está relacionada à variável dependente. Como Cruz et al (2010, p. 95) comenta: “a definição do que deve ser divulgado acerca da gestão pública na *homepage* de um município para que ele seja considerado transparente é uma questão passível de discussão”. Embora a escolha das informações foi elaborada com base legal e em índices, nesse estudo foi considerado itens que estão à disposição na coleta dos dados, como exemplo alguns itens de transparência passiva, como de Serviço de Atendimento ao Cidadão, foram considerados, desde que não necessitassem de solicitar resposta do ente. Um ponto a se destacar é que o trabalho não investiga se a informação divulgada é mais relevante ou menos que outra, mas sim se há ou não a presença do item nas *homepages* dos municípios.

3.4 MODELO DE REGRESSÃO

Para testar os fatores que poderiam explicar a transparência pública municipal, foi utilizada a técnica de regressão linear múltipla, utilizado também por Machado (2013). Para cada fator explicativo foi criada uma variável. Nesse sentido, as evidências referentes às variáveis serão coletadas e submetidas ao programa estatístico R®. A seguir apresenta-se o modelo estatístico que será utilizado neste estudo:

$$ITes\ i = \beta_0 + \beta_1\ REG\ i + \beta_2\ POP\ i + \beta_3\ PIB\ i + \beta_4\ IPC\ i + \beta_5\ IDHM\ i + \beta_6\ FIRJAN\ i + \beta_7\ RCL\ i + \beta_8\ DCL + \beta_9\ i\ RCL/DCL\ i + \varepsilon\ i.,\ onde:$$

ITes – (Variável a explicar ou dependente) = Índice de Transparência do Estudo – resultado do checklist;

β_0 – Constante;

β_{1_REG} – Região;

β_{2_POP} – População;

β_{3_PIB} – PIB per capita;

β_{4_IPC} – Índice de Potencial de Consumo (IPC);

β_{5_IDH} – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

β_{6_IFDM} – Índice FIRJAN Desenvolvimento Municipal (IFDM);

β_{7_RCL} – Receita Corrente Líquida;

β_{8_DCL} – Dívida Consolidada Líquida;

$\beta_{9_RCL/DCL}$ – Endividamento - Receita Corrente Líquida/ Dívida Consolidada Líquida;

ε – Erro aleatório;

i – Município.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo está dividido em quatro tópicos. O primeiro é composto pela análise descritiva da variável a explicar itens de transparência e das variáveis explicativas. O segundo refere-se às correlações das variáveis do modelo inicialmente proposto. O terceiro apresenta os resultados obtidos por meio do modelo de regressão linear múltipla estimado. E, por fim, analisam-se os resultados obtidos em cada hipótese testada.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA

Inicialmente, elaborou-se um *checklist* com pontos relacionados à transparência pública municipal. Com isso, foi possível contabilizar os itens atendidos pelos municípios por meio da divulgação das informações nas respectivas páginas eletrônicas disponíveis na internet. Há itens obrigatórios pela legislação e outros recomendáveis, assim a Tabela 1 abaixo apresenta a relação entre esses itens:

Tabela 1 – Análise descritiva dos itens de transparência municipal

Informações	Quantidade	Média	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Itens obrigatórios	38	58,57	6	78	18,60
Itens Recomendáveis	11	61,61	16	77	18,65
Total	49	59,30	6	78	18,46

Fonte: elaborada pela autora

A tabela 1 mostra que a pontuação média, se consideradas apenas as informações obrigatórias é de 58,57 pontos, ou seja, 74% dos municípios. Já em relação às informações de caráter recomendável, a média dos municípios estudados sobre para 61,61 pontos, ocorrendo em 78% dos municípios. Esse dado mostra, conforme o apêndice A, que os itens recomendáveis, que são relacionados ao sítio eletrônico, são em média mais cumpridos do que os itens sobre o conteúdo, de natureza obrigatória. O cumprimento médio dos municípios é de 59,30, representando que 75% dos municípios atendem aos itens avaliados, mesmo considerando os anos de implantação da LAI e da LRF.

Isso corrobora com o escrito por Beuren e Sothe (2009) que para aumentar a legitimidade das suas ações, manter ou recuperar, os Órgãos devem evidenciar as informações compulsórias, mas também as voluntárias visando adquirir credibilidade e confiabilidade.

Além disso, a mensuração dos itens possibilitou a classificação dos municípios. A Tabela 2 descreve os municípios que mais pontuaram.

Tabela 2 – Os seis melhores municípios em relação ao observado

Posição	Município	Macrorregião	Pontuação
1º	Serra	Metropolitana	47
	Vila Velha	Metropolitana	47
	Vitória	Metropolitana	47
2º	Cariacica	Metropolitana	45
	Nova Venécia	Norte	45
	Viana	Metropolitana	45

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 2, dos municípios com melhores desempenhos, três estão situados na região metropolitana, e em segundo lugar dois da região metropolitana e somente um do interior. Nota-se que nenhum município atingiu 100% dos pontos possíveis. Nessa mesma linha, Lock (2003), Souza et al. (2008), Cruz (2010) e Wagner (2012) também apontaram em seus estudos que nenhum município evidenciou todas as informações analisadas.

Verificou-se, também, os municípios que menos evidenciam as informações quanto à gestão pública municipal apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 – Os seis municípios que menos pontuaram em relação ao observado

Posição	Município	Macrorregião	Pontuação
73º	São José do Calçado	Sul	30
74º	Atílio Vivacqua	Sul	26
75º	Baixo Guandu	Central	24
	Itapemirim	Sul	24
77º	Aracruz	Central	23
78º	Guarapari	Metropolitana	9

Fonte: elaborada pela autora.

Conforme a Tabela 3, o município de Guarapari apresentou a pior pontuação, mesmo pertencendo a região metropolitana, atingindo 9 pontos, 18% do total, com seu portal carecendo de informações. Os outros cinco municípios pertencem ao interior do estado, sendo que três são da região sul e dois da central, não tendo municípios da região norte na tabela. Isso indica que essas prefeituras não estão preocupadas com a falta de transparência, podendo ameaçar a legitimidade do município perante a sociedade.

Ademais, ao se apurar a apresentação de cada um dos 49 itens, analisou-se as informações mais apresentadas pelas gestões públicas dos municípios. A Tabela 4 elenca os itens atendidos por 95% dos municípios.

Tabela 4 – Informações apresentadas por mais de 95% dos municípios

Posição	Item	Municípios	%
1º	O ente possui informações sobre Transparência na internet.	78	100
	Estrutura Organizacional.	78	100
3º	O acesso é livre, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso.	77	98
4º	O sítio possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.	76	97
	O sítio adota as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.	76	97
	Valor da arrecadação.	76	97
7º	Há uma seção “Perguntas mais frequentes”.	75	96
	Apresenta o valor do empenho, liquidação e pagamento.	75	96
	Número de processo da execução.	75	96
	Unidade gestora da despesa.	75	96

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a tabela 4, os itens evidenciados por todos os municípios dizem respeito à existência de informações sobre transparência e sobre a estrutura organizacional. Ou seja, todos os municípios estudados disponibilizam em suas páginas eletrônicas sobre transparência e apresentam sua estrutura organizacional, seja no site ou no portal da transparência, em forma de organograma ou lista. Nota-se que, dentre esse grupo de informações, que há 3 (três) informações de caráter recomendável, apresentando que os municípios buscam se institucionalizar, promovendo a transparência além dos itens

previstos em lei.

Também foi possível identificar as informações que são evidenciadas com menor frequência pelos municípios, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Informações menos apresentadas pelos municípios

Posição Item	Municípios	%
49º Acompanhamento de obras públicas.	6	7
48º A solicitação por meio do e-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.	15	19
47º Nome do link estático para acesso ao portal da transparência do município.	16	20
46º Possui Relatório de Gestão Fiscal (RGF) na versão simplificada.	23	29
Possui balanço Anual do Exercício Anterior.	23	29
44º Apresenta a Prestação de Contas (relatório de gestão) acompanhada de parecer prévio do Tribunal de Contas e de versões simplificadas	27	35

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 5, todos os itens foram apresentados por algum município, e somente um dos menos apresentados é de caráter recomendável. Somente 6 municípios apresentaram o acompanhamento de obras públicas em seu portal, a maioria dos outros direcionava para o portal do Tribunal de Contas do Espírito Santo para a plataforma GEOBRAS, que necessitava de informações específicas para obtermos a informação. Três itens são relacionados a relatórios, mostrando que podem não ter sido ainda elaborados ou falta o preparo para colocar no portal e dispor à sociedade.

Um ponto de atenção é em relação à observação qualitativa das informações, uma vez que este estudo não se estendeu a qualidade das informações e notou-se que alguns itens foram cumpridos, porém sem qualidade da informação em alguns municípios o que reforça a afirmação de Paiva e Zuccolotto (2009) que não é suficiente que o aumento do uso das inovações tecnológicas supre a necessidade das informações, pois em alguns casos são disponibilizados apenas valores públicos sem agregar valor ao cidadão e até mesmo gerando dúvidas.

Já quanto à análise descritiva das variáveis explicativas, tem-se que estas podem ser divididas em quantitativas e qualitativa. Nesse contexto, a Tabela 6 apresenta a análise descritiva das variáveis explicativas quantitativas.

Tabela 6 – Análise descritiva das variáveis quantitativas

Variáveis	n	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Dependente	78	37	6	9	47
População	78	50.945	96.430	4.630	494.109
log(População)	78	10,10	1,02	8,44	13,11
PIB (R\$)	78	19.270	8.911	9.047	60.428
log(PIB)	78	9,79	0,36	9,11	11,01
IDHM	78	0,69	0,04	0,62	0,85
IPC	78	0,03	0,06	0,001	0,30
FIRJAN	78	0,70	0,06	0,57	0,84
DCL (Mi R\$)	78	-29,55	148,87	-1,30	120,78
RCL (Mi R\$)	78	145,51	250,76	19,72	1520,78
log(RCL)	78	4,31	0,996	2,98	7,32
DCL por RCL (%)	78	-22,23	42,27	-306,79	43,28

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 6, o IDHM médio apurado é de 0,6922, considerado médio, para ser alto é necessário mínimo 0,70, conforme os critérios estabelecidos pela PNUD (2013). O IFDM médio apurado é de 70,32, considerado moderado, de acordo com os critérios estabelecidos pelo sistema FIRJAN, o IPC médio é de 0,02571 arredondado para 0,03.

A população média das cidades estudadas é de 51 mil habitantes, sendo a Serra o município com maior população residente com aproximadamente 500 mil habitantes e o menor é Divino São Lourenço com um pouco menos que 5 mil residentes, e o PIB per capita dos municípios é em média R\$ 19 mil, sendo Pancas o município com menor em torno de R\$ 9 mil e Presidente Kennedy o maior com aproximadamente R\$ 170 mil.

O valor médio da DCL é de R\$ -29,55, o que representa que em média os municípios capixabas possuem maiores passivos financeiros que ativos financeiros. A RCL é em média R\$ 145,51 milhões e Vitória é o município com maior RCL com mais de R\$ 1 bilhão em 2018 e Divino São Lourenço o menor com aproximadamente R\$ 20 milhões. O índice de endividamento médio total dos municípios é de -22,23%.

Ressalta-se que os municípios do Espírito Santo atendem em média a 37 itens de transparência investigados nesse estudo, apresentando um percentual de 75,5% do escore de transparência, o município de Guarapari obteve o menor resultado, ele possui 9 dos 49 itens pontuados, que representa 18,3% do índice de transparência.

Vale a atenção para a amostra do estudo que se compõe de muitos municípios pequenos e como apresenta Garrido (2012), eles ainda podem estar implantando estruturas, apesar de simples e com pouca mão de obra qualificada, isso pode ocasionar falta de alcance das informações. Garrido (2012, p. 53) comenta que “a transparência, importante e desejada, fica muito aquém das expectativas em decorrência dessas estruturas precárias de tecnologia da informação, embora os Municípios e seus gestores estejam fazendo o máximo para atender ao preconizado pela legislação”.

Além disso, optou-se por estimar em *log* as variáveis que correspondem a aspectos financeiros e com alto desvio padrão (PIB per capita; RCL e POP). Analisou-se descritivamente a variável qualitativa região, apresentada na Tabela 7 com a descrição da frequência absoluta (F).

Tabela 7 – Análise descritiva da frequência da variável qualitativa

Região	F	Macrorregião	F
Metropolitana	7	Central	15
Interior	71	Metropolitana	19
		Norte	16
		Sul	28
TOTAL	78	TOTAL	78

Fonte: elaborada pela autora.

De acordo com a Tabela 7, em relação à região, 7 municípios estão localizados na região metropolitana e 71 situados no interior, conforme apresentado pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Para complementar a análise, dividiu-se em macrorregiões que são limitações geográficas de articulação econômica e estrutura urbana na compreensão do território (IBGE, 2017), assim o Espírito Santo se divide em quatro – Central, Metropolitana, Norte, Sul, conforme dados do Geobases do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – INCAPER, a divisão por município encontra-se no anexo I. A Tabela 8 a seguir apresenta à relação dos itens coletados de transparência em macrorregiões:

Tabela 8 – Análise descritiva da transparência por macrorregiões

Variáveis quantitativas	Média	Mínimo	Máximo	Desvio-padrão
Central	35,86	23	44	6,22
Metropolitana	39,52	9	47	8,70
Norte	38,25	33	45	3,39
Sul	35,96	24	43	4,46
Estado	37,25	9	47	6,03

Fonte: elaborada pela autora.

Em média, os municípios da macrorregião metropolitana apresentaram mais transparência até mesmo que a média estadual apresentada acima, sendo que a região central foi a menos transparente. Além disso, nenhum município apresentou todos os itens, bem como nenhum deixou de apresentar algum item ou esteve fora da amostra por não ter a *homepage*. Souza et al (2008) observaram diferença entre as informações divulgadas por diferentes regiões dos municípios mineiros.

Uma colocação a se reiterar é que nenhum município atendeu todos os itens e isso foi apresentado na amostra de Melo, Martins e Martins (2016) que afirmaram que os municípios não divulgam, de forma completa, as informações, de acordo com a LRF. Isso é o que apresenta Garrido (2012, p. 54) em relação aos municípios não terem condições para atender as legislações, que isso pode não ocorrer por descaso da gestão “mas por falta de tecnologia ao seu alcance, de treinamento de seus servidores, de escolas de formação para as práticas básicas de gestão pública, por precariedade de serviços públicos indispensáveis ao pleno atendimento daquilo que é apregoado pelos textos legais”.

4.2 ANÁLISE DA CORRELAÇÃO

Com o objetivo de identificar associação forte entre as variáveis, foi calculado o coeficiente de correlação linear entre os pares (MORETTIN & BUSSAB, 2017). São consideradas variáveis fortemente associadas aquelas com coeficiente de correlação menor que -0,6 (correlação negativa forte) ou maior que 0,6 a associação (correlação positiva forte). A colinearidade (ou multicolinearidade) é consequência da forte associação entre as variáveis independentes do modelo, o que pode levar uma estimação incorreta dos coeficientes da regressão, uma vez que os modelos de regressão linear clássico tem como pressuposto à não

multicolinearidade do modelo (GUJARATI & POTER, 2011). Além disso, para medir se multicolinearidade está afetando o modelo, será calculado o Fator de Inflação da Variância (VIF), o VIF mostra quanto a variância do estimador está sendo inflamada pela multicolinearidade. Considera-se que a variável com o valor $VIF > 10$ apresenta multicolinearidade (MONTGOMERY & VINING, 2012).

Tabela 9 – Matriz de correlação das variáveis independentes

	1.	2.	3.	4.	5.	6	7.	8.	9.
1.Região	1								
2.IDHM	0,46	1							
3.IPC	0,74	0,65	1						
4.FIRJAN	0,27	0,54	0,40	1					
5.DCL por RCL	0,14	0,17	0,15	0,05	1				
6.DCL	0,12	-0,14	0,04	-0,06	0,35	1			
7.log(População)	0,62	0,63	0,81	0,51	0,21	-0,12	1		
8.log(PIB)	0,40	0,57	0,55	0,60	0,09	-0,04	0,56	1	
9.log(RCL)	0,57	0,60	0,76	0,59	-0,03	-0,16	0,92	0,65	1

Fonte: elaborado pela autora.

Os resultados apontam conforme a Tabela 9, uma alta correlação (colinearidade) entre as variáveis: Região, IPC e log(População), IDHM, IPC e log(População), IPC, log(População) e log(RCL), FIRJAN e log(PIB), log(População) e log(RCL), e entre as variáveis log(PIB) e log(RCL). O cálculo do VIF é realizado com os resultados do primeiro modelo de regressão, logo a variável independente que apresentar o VIF maior que o estabelecido, será excluída do modelo para que o pressuposto de não multicolinearidade seja atendido.

4.3 ANÁLISE DA REGRESSÃO

O primeiro modelo de regressão apresentado na tabela 10 abaixo identifica as variáveis População e RCL como variáveis significantes. O R^2 indica que 24% da variável dependente está sendo explicado pelo modelo. Como esse modelo estão todas as variáveis que foram identificadas anteriormente como variáveis que poderiam causar danos aos cálculos dos coeficientes, uma vez que há indícios de multicolinearidade, será calculado o VIF das variáveis medindo assim quanto da variância dos coeficientes estimados está sendo inflacionado pela colineariedade.

Tabela 10 – Modelo de regressão 1

	Erro					
	Coefficiente	Padrão	Estatística t	P-valor	IC[95%]	
Constante	-4,11	30,66	-0,13	0,89	-65,2857	57,06681
Região	1,20	2,83	0,43	0,67	-4,43974	6,843404
PIB	0,70	2,63	0,27	0,79	-4,55273	5,955208
População	4,46	2,05	2,18	0,03**	0,37764	8,543348
IDHM	10,26	21,40	0,48	0,63	-32,4357	52,96062
IPC	21,44	20,44	1,05	0,29	-19,3426	62,22341
FIRJAN	1,84	13,10	0,14	0,88	-24,3009	27,97295
DCL	0,03	0,02	1,22	0,22	-0,01723	0,071224
RCL	-4,52	2,02	-2,24	0,03**	-8,55485	-0,48724
DCL por RCL	-0,03	0,02	-1,45	0,15	-0,0639	0,010189
R^2	0,2409		R^2 ajustado:		0,1404	
Estatística F	2,92	P-valor	0,02**			

Significância ao nível de 1% '***', ao nível de 5% '**', ao nível de 10% '*'.

Fonte: elaborado pela autora.

Na Tabela 11, identificou-se as variáveis População e RCL com o VIF >10, como alternativa para evitar a multicolinearidade do modelo essas duas variáveis serão excluídas, e assim será feito um novo modelo de regressão.

Tabela 11 – Fator de Inflação da variância

Variáveis	VIF
Região	2,29
PIB	2,32
População	14,92
IDHM	2,30
IPC	4,84
FIRJAN	1,98
DCL	1,45
RCL	14,02
DCL por RCL	2,13

Fonte: elaborado pela autora.

O novo modelo apresentado a seguir na Tabela 12, apresenta contendo apenas a variável IPC como significativa (ao nível de 10%), indicando uma relação positiva entre IPC e a variável

dependente, o R^2 mostra que 18% da variação da variável dependente está sendo explicada pelo modelo.

Tabela 12 – Modelo de regressão 2 (sem as variáveis População e RCL)

	Erro				IC[95%]	
	Coefficiente	Padrão	Estatística t	P-valor		
Constante	44,43	22,63	1,96	0,05	-0,69	89,56
Região	1,50	2,87	0,52	0,60	-4,23	7,23
PIB	-1,47	2,48	-0,59	0,56	-6,42	3,48
IDHM	13,07	21,84	0,60	0,55	-30,49	56,63
IPC	29,16	16,88	1,73	0,09*	-4,51	62,82
FIRJAN	-3,07	12,57	-0,24	0,81	-28,14	22,00
DCL	0,02	0,02	0,81	0,42	-0,02	0,06
DCL por RCL	0,00	0,01	0,05	0,96	-0,03	0,03
R^2	0,18		R^2 ajustado		0,10	
Estatística F	2,26	P-valor	0,04**			

Significância ao nível de 1% '***', ao nível de 5% '**', ao nível de 10% '*'.

Fonte: elaborado pela autora.

Afim de identificar se a retirada de algumas variáveis traria um melhor ajuste, selecionou-se as variáveis com base no critério de *Akaike* (AIC) (BURNHAM & ANDERSON, 2003). O AIC admite que existe um modelo real desconhecido que descreve os dados estudados, e realiza uma escolha, entre os modelos com todas as combinações de variáveis independentes possíveis, o que minimiza a informação perdida por utilizar um modelo próximo do real.

Na Tabela 13, estão apresentados os resultados da regressão com as variáveis selecionadas pelo método AIC. Apenas a variável IPC se mostrou significativa ao nível de 1%, 16% da variação da variável dependente é explicada pelo modelo.

Tabela 13 – Regressão final

	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	P-valor	IC[95%]	
Constante	36,72	0,58	63,07	<0,01***	35,56	37,88
IPC	35,14	9,24	3,8	<0,01***	16,74	53,55
R^2	0,16		R^2 ajustado		0,15	
Estatística F	14,46	P-valor	<0,01***			

Significância ao nível de 1% '***', ao nível de 5% '**', ao nível de 10% '*'.

Fonte: elaborado pela autora.

Todos os pressupostos para a validação do modelo foram atendidos, apresentados na Tabela 14, sendo assim, o teste de autocorrelação de Durbin-Watson mostrou que não há autocorrelação, o teste de Breusch-Pagan diagnosticou a não heterocedasticidade dos resíduos e o teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov detectou a normalidade dos resíduos. Além disso, a estatística F é significativa, ou seja, esse teste determina se a variável independente tem relação linear com a variável dependente, indicando que a regressão linear é a mais apropriada para a modelagem dos dados (GUJARATI & PORTER, 2011).

Tabela 14 – Teste dos pressupostos do modelo de regressão final

Teste de diagnóstico	Hipótese nula (H0)	Estatística	
		de teste	P-valor
Normalidade – Kolmogorov Smirnov	Há normalidade nos resíduos	0,09	0,55
Heterocedasticidade – Breusch Pagan	Não há heterocedasticidade	0,32	0,56
Autocorrelação – Durbin Watson	Não há autocorrelação	1,7	0,15

Fonte: elaborado pela autora.

Com isso temos que, com cada acréscimo de uma unidade no valor do IPC, a variável dependente é 35,14 vezes maior, ou em outras palavras, se estimasse que a cada acréscimo de um décimo da variável IPC a variável dependente é aproximadamente 3 vezes maior. Ao contrário dos resultados de De Melo, Martins e Martins (2016), pela metodologia em seu estudo, a variável IPC não possui relação no aumento do nível da transparência.

Em relação as outras variáveis, a região foi usada por Cruz et al (2010) em seu estudo aponta que a localização dos municípios dentro de seus estados não influencia no nível de transparência da gestão pública municipal. Baquero (2003) coloca o IDH como um indicador do nível de informação, formação e acesso do cidadão à esfera de decisão política. Melo, Martins e Martins (2016) também não encontraram relação entre o IFDM e a Receita. Os resultados de De Moraes (2012) em relação que o PIB elevado e a velocidade de transparência foram inconsistentes, não havendo relação, como o apresentado acima.

Machado (2013) apresenta que a variável população não é um fator explicativo de evidencição. O estudo de Cruz (2010) indica a existência de uma relação positiva e significativa entre o PIB per capita e os níveis de transparência das prefeituras, porém Machado (2013) apresenta ao contrário, esse estudo corrobora com o último achado, negando

a H3. Em sua análise sobre transparência passiva Silva e Bruni (2019) também rejeitaram a hipótese que há relação positiva entre o PIB per capita e a transparência.

Com os resultados, há indícios para negar as hipóteses: H1, H2, H3, H5, H5, H7, H8, H9 e aceitar a hipótese: H4.

Outras análises podem ser feitas no estudo como conforme De Moraes (2012), a convicção preliminar de que com a maior abertura das prestações de contas públicas, aumenta-se o volume de informações relevantes e fáceis de serem compreendidas pelos cidadãos.

Um ponto a se considerar é a qualidade das informações apresentadas nos portais, mesmo cumprindo o item, notou-se que alguns dados foram publicados fora do prazo ou não haviam padronização, explicação ou completa execução, isso confirma o posicionamento de Cruz et al (2001) que frisou que a transparência é um princípio da gestão fiscal que deve ser estabelecida como um instrumento de publicidade e compreensibilidade das informações, ou seja, a transparência é mais ampla que a publicidade, deste modo a divulgar informações incompreensíveis não pode ser dita como transparência. Assim, aproximar o leitor através de classificações, abreviaturas e dados mais coesos facilitaria o entendimento da mensagem da informação.

Alguns sites foram difíceis terem agilidade na procura e êxito na localização dos documentos, De Moraes (2012) frisa que a falta de organização provoca redução da eficiência na comunicação do ente para com o cidadão.

É importante destacar que nas análises das informações em tempo real, considerou-se sem especificações de tamanho do município, o tempo real estabelecido no Decreto m 7.185/2010 de em até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil.

4.4 TESTES ADICIONAIS – ANÁLISE POR CLUSTER

A fim de classificar os municípios em grupos, onde as características dos municípios sejam as mais semelhantes dentro do grupo e mais distintas entre os grupos, será utilizado a metodologia de análise de cluster não hierárquico que tem como objetivo agrupar indivíduos de um banco de dados (FÁVERO, 2009).

A metodologia identificou quatro grupos (clusters) de municípios que estão descritos no Quadro 7. O cluster 1 possui 4 municípios, cluster 2 possui 45, o cluster 3 possui 25 e o cluster 4 possui 4 municípios.

Quadro 7 – Identificação dos municípios por cluster

Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Cluster 4
Cariacica	Afonso Cláudio	Alegre	Aracruz
Serra	Água Doce do Norte	Alfredo Chaves	Cachoeiro de Itapemirim
Vila Velha	Águia Branca	Anchieta	Itapemirim
Vitória	Alto Rio Novo	Barra de São Francisco	Linhares
	Apiacá	Castelo	
	Atilio Vivacqua	Colatina	
	Baixo Guandu	Conceição da Barra	
	Boa Esperança	Domingos Martins	
	Bom Jesus do Norte	Fundão	
	Brejetuba	Governador Lindenberg	
	Conceição do Castelo	Guaçuí	
	Divino de São Lourenço	Guarapari	
	Dores do Rio Preto	Ibiraçu	
	Ecoporanga	Iconha	
	Ibatiba	Itaguaçu	
	Ibitirama	Jaguaré	
	Irupi	João Neiva	
	Itarana	Marechal Floriano	
	Iúna	Nova Venécia	
	Jerônimo Monteiro	Santa Maria de Jetibá	
	Laranja da Terra	Santa Teresa	
	Mantenópolis	São Mateus	
	Marataízes	Venda Nova do Imigrante	
	Marilândia	Viana	
	Mimoso do Sul	Vila Pavão	
	Montanha		
	Mucurici		
	Muniz Freire		
	Muqui		
	Pancas		
	Pedro Canário		
	Pinheiros		
	Piúma		

Ponto Belo
Presidente Kennedy
Rio Bananal
Rio Novo do Sul
Santa Leopoldina
São Domingos do Norte
São Gabriel da Palha
São José do Calçado
São Roque do Canaã
Sooretama
Vargem Alta
Vila Valério

Fonte: elaborado pela autora.

Analisando o quadro acima, verifica-se que no cluster 1 estão os municípios que mais evidenciaram as informações checadas. No cluster 2 estão os municípios que apresentaram em média 80% dos itens, ao passo que no cluster 3 estão os que atenderam em média 70% e no cluster 4 estão alguns dos municípios que atenderam menos as informações requeridas. Destaca-se que o agrupamento por cluster também foi determinado pelo resultado das variáveis independentes municipais.

De acordo com Fávero (2019), para se identificar quais variáveis foram determinantes para definir os agrupamentos (cluster) é necessário o teste ANOVA, assim será possível identificar as variáveis significantes, ao nível de 5%, e assim identificar se os valores médios das variáveis é diferente para pelo menos um dos grupos. Na Tabela 15 estão descritos o valor da estatística F e significância (p-valor de cada variável de acordo com a análise ANOVA, apenas a variável dependente do estudo, Região e RCL não são significantes ao nível de 5%.

Tabela 15 – Análise ANOVA

	Estatística F	p-valor
Dependente	3,59	0,06*
População	12,12	<0,01***
Região	2,49	0,12
PIB	50,65	<0,01***
IDHM	18,15	<0,01***
IPC	72,69	<0,01***
FIRJAN	17,60	<0,01***

DCL	11,01	<0,01***
RCL	0,00	0,98
DCL por RCL	13,10	<0,01***

Significância ao nível de 1% '***', ao nível de 5% '**', ao nível de 10% '*'.

Fonte: elaborado pela autora.

A partir dos resultados obtidos na análise ANOVA e de acordo com os dados médios das variáveis para cada cluster apresentados anteriormente, afirmou-se que os municípios do cluster 1 possuem a maior população média, a maior média de IDHM e IPC e maior DCL, assim como o maior valor médio do índice RCL por DCL, o cluster 4 apresenta a segunda maior média populacional, o maior PIB médio, o maior índice FIRJAN e menor DCL, os municípios do cluster 2 apresentam a menor média dos índices DCL por RCL e FIRJAN, com referência ao cluster 3 os municípios apresentam a terceira maior média populacional, e terceiro maior PIB entre os clusters e terceiro maior média do índice DCL por RCL.

Tabela 16 – Médias das variáveis por cluster

Variável	1	2	3	4
Dependente	47	36	40	32
População	429487	16913	39460	127037
PIB	34936	15731	19831	39906
IDHM	0,78	0,67	0,71	0,72
IPC	0,26	0,01	0,02	0,06
FIRJAN	0,77	0,67	0,74	0,80
DCL (Mi R\$)	10,12	-11,80	-8,96	-74,62
RCL (Mi R\$)	1037,86	56,89	111,36	464,91
DCL por RCL	0,24	-31,48	-10,14	-16,16

Fonte: elaborada pela autora.

A Tabela 16 apresenta a média de cada variável por cluster, nota-se que o cluster 1 representa os maiores resultados médios em cada variável e são municípios da região metropolitana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar se as variáveis socioeconômicas e sóciodemográficas explicam o atendimento a transparência pública dos municípios capixabas. Com base em estudos anteriores e através de itens obrigatórios exigidos por leis, construiu-se um conjunto de 49 itens referentes à transparência, abordando também itens recomendáveis.

Ressalta-se que nenhum município foi excluído da amostra por falta de homepage, além de nenhum ter conseguido cumprir todos os itens ou não ter cumprido nenhum item, assim constatou-se que por mais que haja um site para a disponibilização das informações nem todas as informações estão sendo alimentadas conforme prevê a Lei de Acesso à Informação. A maioria das composições da variável dependente é de caráter obrigatório, e os resultados da pesquisa nesse quesito sugerem uma média baixa de transparência da gestão pública municipal, sendo ela de 58,57%, foi mais satisfatória em itens recomendáveis com média de 61,61%, Scott (2016) apresentou que evidenciar informações voluntárias exerce papel fundamental na legitimação das instituições.

Para identificar os fatores explicativos de transparência pública dos municípios, foram testadas nove variáveis explicativas, as quais se esperava explicar a variável dependente IT, sendo elas: Região, População, PIB per capita, Índice de Potencial de Consumo (IPC), Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Receita Corrente Líquida, Dívida Consolidada Líquida e Endividamento (RCL/DCL).

Dessa forma, os resultados do modelo de regressão linear múltipla indicam que apenas o IPC tem relação positiva e explica o IT dos municípios pesquisados. Percebe-se que este estudo não se assemelha com o de Melo, Martins e Martins (2016) que não encontrou relação positiva entre eles.

Com os resultados, há indícios para negar as hipóteses: H1, H2, H3, H5, H5, H7, H8, H9 e aceitar a hipótese: H4. Conclui-se que fatores socioeconômicos e sóciodemográficos, isoladamente, são insuficientes para avaliar a transparência dos municípios, contudo, os que possuem os melhores resultados no Índice de Potencial de Consumo, maior tem disposição em cumprir os itens de transparência pública, uma vez que este considera 22 itens da

economia, por classes sociais, considerando por cidade, a população e os setores de produção/serviço.

Para complementar os achados, utilizou-se a análise por agrupamentos e notou-se que no cluster 1 estão os municípios que mais evidenciaram, no 2 os que apresentaram em média 80% dos itens, ao passo que no 3 os que atenderam em média 70% as informações checadas e no cluster 4 estão alguns municípios que atenderam menos as informações requeridas sobre transparência.

Sugere-se que as prefeituras busquem meios para melhorar a comunicação pública municipal quanto à sua prestação de contas, ou seja, que criem mecanismos com um manual de orientação ao cidadão contendo as especificações e esclarecendo sobre os portais. Além disso que prestem atenção ao acesso às seções, pois em alguns casos, o leitor precisa passar por mais três redirecionamentos para continuar no caminho solicitado. Há uma limitação desse trabalho relacionada ao período analisado, sendo esse o ano de 2018. Assim, o estudo não é capaz de verificar alguma progressão de transparência ou regressão com as variáveis e as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Outra limitação é o modelo de análise da variável dependente, que por sua vez, foi checado a existência ou não do item, sem análises profundas do conteúdo disponível.

Como sugestões para futuras pesquisas, recomenda-se a análise em outros períodos, outros municípios e em outros poderes. Além disso, investigar os itens de forma qualitativa, usando uma metodologia para verificar a qualidade das informações que estão sendo apresentadas nos portais e sites dos municípios. Outra sugestão é aplicar esse estudo de forma longitudinal, verificando as mudanças ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, 24, p.41-67, jun. 2005.
- ALLEBRANDT, S. L. **A participação da sociedade na gestão pública local e na produção das políticas públicas: a atuação dos conselhos municipais**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2002.
- AHMED, Kamran; NICHOLLS, Des. The impact of non-financial company characteristics on mandatory compliance in developing countries: The case of Bangladesh. **International Journal of Accounting**, v. 29, p. 60-66, 1994.
- AVELINO, B. C. **Características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do estado de Minas Gerais: uma abordagem sob a ótica da teoria da divulgação**. 2013. Mestrado Em Controladoria E Contabilidade Instituição De Ensino: Universidade Federal De Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca Depositária: Central da UFMG.
- BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil, In **Sociologia Política**. Curitiba, 2003, p. 83-108.
- BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BEUREN, I. M., SOTHE, A. A teoria da legitimidade e o custo político nas evidenciações contábeis dos governos estaduais da região sudeste do Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 5, p. 98-120, 2009.
- BRASIL. Congresso. Senado. **Resolução n.º 43**, de 2001.
- BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Lei de responsabilidade fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 mai. 2000.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Lei de acesso à informação. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 nov. 2011.
- BRASIL. **Decreto nº 7.185**, de 27 de maio de 2010. Brasília: Presidência da República.
- BURNHAM, K. P., & ANDERSON, D. R. Model selection and multimodel inference: a practical information-theoretic approach. **Springer Science e Business Media**, 2003.
- BURNS, J., SCAPENS, R. W. (2000). Conceptualizing management accounting change: an institutional framework. **Management Accounting Research**, v. 11, p. 3-25.
- CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Guia de implantação de Portal da Transparência**. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/publicacoes/BrasilTransparente/Guia_PortalTransparencia.pdf.>. Acesso em: 24 JAN. 2019.
- CRUZ, C. F. **Transparência da Gestão Pública Municipal: Referências Teóricas e a Situação dos Grandes Municípios Brasileiros**. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Faculdade

de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2010.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-176, 2012.

CRUZ, F. et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: Lei Complementar n 101, de 04 de maio de 2000**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

CRUZ, C. F.; SILVA, L. M.; SANTOS, R. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade Gestão e Governança. Brasília**, V. 12. N 3. P-102-115, 2009.

DE ARRUDA, C. E. G. **Transparência subnacional: um estudo das variáveis determinantes para o atendimento da lei de acesso à informação nos municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2016.

DE MORAES, N. R. et al. Internet, prestação de contas e transparência na gestão pública municipal. **Espacios**, v. 36, n. 04, 2015.

DIMAGGIO, P.; POWELL, W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. **American Sociological Review**, v. 48, p.147-60, 1983.

DIMAGGIO, P.; POWELL, P. J. (org). **The New Institutionalism in Organizational Analysis**. University of Chicago Press, Chicago, 1991.

DE CARVALHO, C. A. P., VIEIRA, M. M. F., & DIAS, F. **Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações**, 1999.

DOS ANJOS, L. C. M.; BARTOLUZZIO, A. I. de S. Análise de Conglomerados do Nível de Transparência Pública e Indicadores Socioeconômicos dos Municípios Pernambucanos. In: **XIII Congresso USP**. São Paulo, 2016.

FACHIN, R. C.; MENDONÇA, J. R. C. O conceito de profissionalização e da teoria institucional. In: VIEIRA, M. F.; CARVALHO, C. A. (org.). **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 19-41.

FÁVERO, L. P. L. et al. **Análise de dados – modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2009.

FERREIRA, J. T. **Automação contábil: tecnologia aplicada em contabilidade sob a ótica da teoria institucional**. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, São Paulo, 2016.

FILGUEIRAS, F. Além da Transparência: Accountability e Política da Publicidade. **Lua Nova**, v. 84, p. 65–94, 2011.

FONTES FILHO, J. R. Governança organizacional aplicada ao setor público. In: **VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Panamá, 2003.

GANDIA, J. L.; ARCHIDONA, M. C. Determinants of web site information by Spanish city councils. **Online Information Review**, v. 32, n. 1, p. 35-57, 2013.

GARRIDO, E. P. L. Lei de Acesso as Informações Públicas. **Confederação Nacional dos Municípios: Revista Jurídica**, 2012, p. 50-70

GUJARATI, D. & POTTER, D. **Econometria básica**. 5 ed. McGrawhill, Porto Alegre, 2011.

HAIR JR., J. F. et al. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

- HALL, P.; TAYLOR, R.C.R. Political science and the three new institutionalism. **Political Studies**, v. 44, p. 936-957, 1996.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. CR. The three versions of neo-institutionalism. **Lua nova: revista de cultura e política**, n. 58, p. 193-223, 2003.
- HEALD, D. "Varieties of transparency." in transparency: the key to better governance? edited by C. Hood and D. Heald, 25–43. New York: Oxford University Press, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 mar. 2019.
- LOPES, A. B.; IUDÍCIBUS, S. (Coordenadores). **Teoria Avançada da Contabilidade**. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- LOPES, A. L.; MARTINS, E. **Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MACADAR, M. A.; FREITAS, J. L.; MOREIRA, C. R. Transparência como elemento fundamental em governo eletrônico: uma abordagem institucional. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 15, n. 3, 2015.
- MACHADO, V. N. **Fatores explicativos do nível de evidenciação nas páginas eletrônicas de municípios do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, 2013.
- MARQUES, S. B. S. da S. **Transparência nos pequenos municípios do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a divulgação de indicadores da LRF e da LAI**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, 2014.
- MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social (APGS)**, Viçosa, v.2, n. 1, p. 109-134, jan./mar. 2010.
- MELO, K. B.; MARTINS, G. A.; MARTINS, V. F. Análise do nível de transparência dos websites dos municípios mineiros. **Revista de Auditoria Governança e Contabilidade**, v. 4 n. 9, p. 93-111, 2016.
- MELLO, G.; SLOMSKI, V. Índice de governança eletrônica dos estados brasileiros (2009): no âmbito do poder executivo. **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management (Online)**, v. 7, n. 2, p. 375-408, 2010.
- MEYER, J. W., ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. In: MEYER, J. W., SCOTT, W. R. **Organizational environments: ritual and rationality**. Updated Edition. London: Sage, 1992. p. 21-44.
- MEYER, J. W; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ranking nacional de transparência**. Disponível em: Acesso em: 02 de mar. 2019.
- MONTGOMERY, D. C., PECK, E. A., & VINING, G. G. **Introduction to linear regression analysis**. 5 ed, New Jersey, 2012.
- MORETTIN, P. A., & BUSSAB, W. O. **Estatística básica**. Editora Saraiva, São Paulo, ed 6, 2010.
- MOTKE, F. D., DA SILVA, R., F., RODRIGUES, G. O. Teoria institucional: um estudo bibliométrico da última década na web of science. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, 2016, vol. 14, p. 63-86.
- NASCIMENTO, G. C., RODRIGUES, V. J., & MEGLIORINI, E. Conceitos da teoria institucional: fonte propulsora de evolução para a gestão de desempenho. **Anais do**

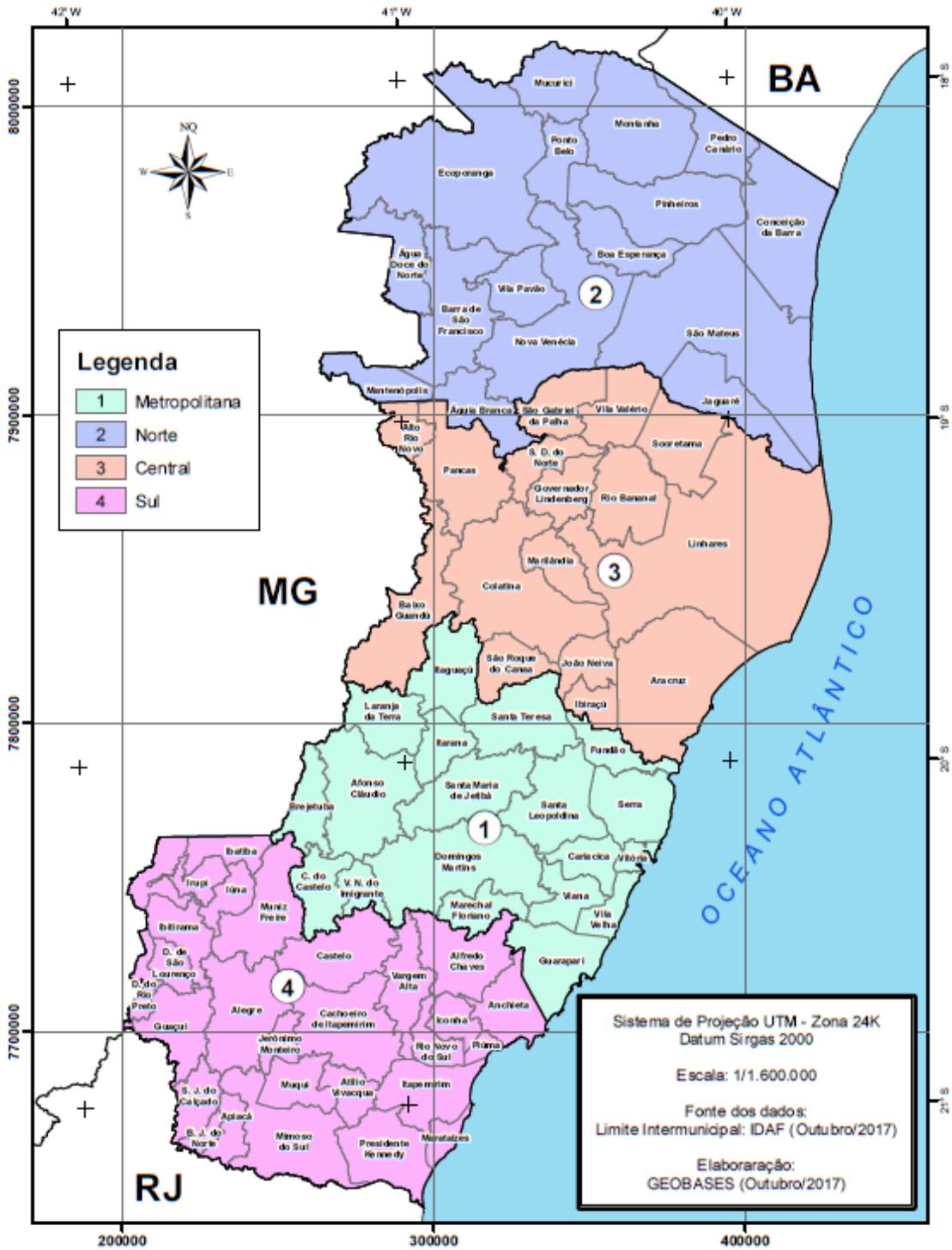
- Congresso Brasileiro de Custos**, Belo Horizonte, MG, Brasil, 2010.
- NELSON, R. R., WINTER S. G. **An evolutionary theory of economic change**, Massachusetts: Harvard University Press, 1982.
- NORTH, D. C., Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, Vol. 84, No. 3. (Jun. 1994), pp. 359-368.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change, and economic performance**. Cambridge; New York, Cambridge University Press, 1990.
- OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Cambridge University Press, Cambridge ; New York, 1990.
- PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. **Cadernos EBAPE – FGV**, vol. 4, n. 1, 2006.
- PEREIRA, F.A.M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Organizações em Contexto**, 2012, vol. 8, p. 275-295.
- PESSÔA, I. da S. **Determinantes da transparência das universidades federais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Programa de Pós-graduação em Gestão Pública), Vitória, 2013.
- PINHO, J. A. G. DE; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, 2009.
- PLATT NETO, O. A. **Construção de um modelo para avaliação da transparência da gestão da dívida pública municipal com vistas a favorecer o controle social**. 2005. 348f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.
- PLATT NETO, O. A.; CRUZ, F. da; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2007.
- PLATTNER, M. (Eds.). **The Self-Restraining State: Power and Accountability in New Democracies**. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1999. p. 13–28.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso: 25 mar. 2019.
- QUINTAL, R. S. et al. A atuação dos tribunais de contas estaduais brasileiros na correção das demonstrações contábeis dos processos de prestação de contas dos governadores. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 17, p. 31–53, 2012.
- RAUPP, F. M., & PINHO, J. A. G. de. Construindo a accountability em portais eletrônicos de câmaras municipais: Um estudo de caso em Santa Catarina. **Cadernos EBA-PE**, v. 9, n. 1, p. 117-139, 2011.
- ROCHA JUNIOR, F. R. **Mídias sociais e transparência: uma análise dos maiores municípios brasileiros**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, UFES, Vitória, 2017.
- SACRAMENTO, A. R. S.; PINHO, J. A. G. Transparência na administração pública: o que mudou depois da lei de responsabilidade fiscal: um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador. Salvador/BA (Brasil). **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 1, n. 1, 2007.
- SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller. 2004. p. 265, 296, 459.
- SANTANA JUNIOR, J. B. de. **Transparência fiscal eletrônica: uma análise dos níveis**

- de transparência apresentados nos sites dos poderes e órgãos dos estados e do Distrito Federal do Brasil.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Recife, 2008.
- SCAPENS, R. W. (1994). Never mind the gap: towards an institutional perspective on management accounting practice. **Management Accounting Research**, vol. 5, 301-321.
- SCHMIDT, R. **Difusão das práticas de responsabilidade social corporativa: uma análise dos conceitos definidos pela teoria institucional.** Dissertação (mestrado em Administração) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2015.
- SCOTT, W. R. Organizations: rational, natural, and open systems, 2. ed. **Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hal**, 1987a.
- SCOTT, W. R.; AMARANTE, J. M. Institutional Theory's Past and Future Contributions to Organization Studies – BAR - Brazilian Administration Review. Vol. 13, 2016.
- SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.
- SILVA, W. A. de O. e; BRUNI, A. L. Variáveis socioeconômicas determinantes para a transparência pública passiva nos municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 415-431, Abr. 2019.
- SOUZA, A. A. et al. Evidenciação contábil nos municípios mineiros: atendimento ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: **Congresso Brasileiro de Contabilidade**, Gramado/RS, 18, 2008. Anais... Gramado, 2008.
- SPECK, B. W. (Org.). **Caminhos da transparência.** Campinas: Unicamp, 2002.
- THERET, Bruno. Institutions: between structures and actions. **Lua Nova**, 2003, n.º.58, p. 225-254.
- TRAVAGLIA, K. R. **Análise mesorregional da governança dos poderes executivo e legislativo do estado do Espírito Santo.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.
- TRES, T. G. F. FUGALLI, E. M. Os Portais Da Transparência: Um Estudo Sobre As Informações Disponibilizadas Pelos Municípios Do Corede Rio Da Várzea-RS, In: **XV Convenção De Contabilidade Do Rio Grande Do Sul Bento Gonçalves.** 2015.
- SCHEDLER, A. Conceptualizing Accountability. In: SCHEDLER, A.; DIAMOND, L.; VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2000.
- ZUCCOLOTTO, R. **Fatores determinantes da transparência do ciclo orçamentário estendido: evidências nos estados brasileiros.** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C. Transparência orçamentária: razões do descompasso entre os Estados brasileiros. **Organizações & Sociedade**, v. 24, n. 82, p. 390-411, 2017.
- ZUCCOLOTTO, R.; TEIXEIRA, M. A. C.; RICCIO, E. L. Transparência: reposicionando o debate. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 137-158, 2015.

ANEXO I



MACRORREGIÕES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Fonte: GEOBASES – INCAPER

APÊNDICE A

Sobre o Sítio eletrônico			
Item	Assunto	Considerações	Cumprimento
1	O ente possui informações sobre Transparência na internet.	Possuir ou não no site ou transparência mais nome do município na internet.	Obrigatório
2	O domínio segue o padrão “municipio.uf.gov.br”.		Obrigatório
3	O sítio contém ferramenta de busca de conteúdo que permite o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.	Pesquisar ou buscar em caixa, ou o símbolo de lupa.	Recomendável
4	Divulgação do normativo local que regulamenta a LAI em local de fácil acesso.	Até três cliques no site ou no portal da transparência.	Recomendável
5	A seção “Fale Conosco” informa e-mail ou número de telefone para contatos.		Recomendável
6	Há uma seção “Perguntas mais frequentes”.		Recomendável
7	O acesso é livre, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso.		Recomendável
8	O sítio possibilita o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina. (Requisito de uso de padrões de interoperabilidade e formatos abertos).	Dados Abertos (API) ou sem ter somente formatos como PDF e JPEG.	Recomendável
9	O sítio deve adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência, requisito de acessibilidade.	Funcionalidade no site, como contrastes, aumento/diminuição de tela, comandos de navegação, libras.	Recomendável
10	Possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos, de modo a facilitar a análise das informações.	- Lei nº 12.527/2011 (Art. 8º, §3º, Inc. II). - Ranking Nacional de Transparência.	Recomendável
11	São divulgados, em detalhes, os formatos utilizados para estruturação da informação.	Mapa do site ou manual de utilização.	Recomendável
12	Nome do link estático para acesso ao portal da transparência do município.	Sem mudança, inclusão de direcionamento de transparência antes ou depois do nome do município.	Recomendável

13	Adoção de boas práticas de usabilidade.	- Cumprimento de pelo menos 50% dos Padrões Web em Governo Eletrônico – Cartilha de Usabilidade.	Recomendável
14	Estrutura Organizacional.	Existência de uma lista ou organograma das Secretarias / Departamentos no site oficial ou no Portal da Transparência do Município.	Obrigatório
15	Unidades Administrativas.	Endereço, telefone, horário de atendimento – para avaliação nesse estudo, será checado através da Secretaria de Saúde.	Obrigatório

Sobre o conteúdo			
Item	Assunto	Considerações	Cumprimento
Detalhamento das despesas			
16	Indica a data da despesa possibilitando o acompanhamento da publicação das despesas em tempo real.	Verificou-se a última atualização, em até um dia útil.	Obrigatório
17	Apresenta o valor do empenho, liquidação e pagamento.	Em abas separadas ou no mesmo lançamento.	Obrigatório
18	Número de processo da execução.	Na lista de despesas ou dentro de um lançamento específico.	Obrigatório
19	Classificação orçamentária.	Unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto.	Obrigatório
20	Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária/ favorecida do pagamento.	Nome do favorecido	Obrigatório
21	Procedimento licitatório realizado	Divulgação do procedimento licitatório, bem como, quando for o caso, a sua dispensa ou inexigibilidade com o número do correspondente processo.	Obrigatório
22	Descrição do bem fornecido ou serviço prestado.	Detalhamento do bem fornecido ou serviço prestado.	Obrigatório
23	Unidade gestora.	Separado na aba do site ou na descrição.	Obrigatório
24	Permite gerar relatório da consulta de empenhos ou de pagamentos em formato aberto	No mínimo em três formatos diferentes.	Obrigatório
Detalhamento das Receitas			
25	Data da posição.	Verificou-se a última atualização, em até um dia útil.	Obrigatório

26	Unidade Gestora.	Separado na aba do site ou na descrição.	Obrigatório
27	Natureza da Receita	Agrupamento de seis níveis.	Obrigatório
28	Classificação da Receita.	No mínimo, categoria ou origem.	Obrigatório
29	Valor da previsão.	Separado ou no mesmo lançamento.	Obrigatório
30	Valor da arrecadação	Separado ou no mesmo lançamento.	Obrigatório
Informações Financeiras/ Relatórios			Obrigatório
31	Possui a versão simplificada do Plano Plurianual (PPA).		Obrigatório
32	Possui a versão simplificada da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).		Obrigatório
33	Apresenta a Prestação de Contas (relatório de gestão) acompanhada de parecer prévio do Tribunal de Contas e de versões simplificadas.	Considerou-se pelo menos a prestação de contas.	Obrigatório
34	Possui Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) na versão simplificada.	Pelo menos de um bimestre de 2019.	Obrigatório
35	Possui Relatório de Gestão Fiscal (RGF) na versão simplificada.	Foi desconsiderado à periodicidade de acordo com municípios pequenos.	Obrigatório
36	Possui balanço Anual do Exercício Anterior.		Obrigatório
37	Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.	Relatório compilado ou apresentado em tela aberta no portal.	Obrigatório
Procedimentos Licitatórios			
38	Informações concernentes a procedimentos licitatórios: publicação que contenha todas as informações relativas a procedimentos licitatórios, incluindo os respectivos editais e resultados, número/ ano do edital, modalidade, objeto, situação/ status.	Edital completo ou por lançamento.	Obrigatório
39	Dados integrais dos contratos – objeto, valor, favorecido, número/ano, vigência, licitação de origem.	Contrato completo ou por lançamento.	Obrigatório

40	Possibilita a consulta aos resultados das licitações ocorridas.	Ter ou não a possibilidade, mesmo que não atualizada fielmente.	Obrigatório
41	Possui resumo dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior e conteúdo integral dos contratos.	Conteúdo integral dos contratos.	Obrigatório
42	Relações Mensais de todas as compras feitas pela Administração direta e indireta.	Em relatório gerado ou aberto.	Obrigatório
43	Permite gerar relatório da consulta de licitações ou de contratos em formato aberto.	No mínimo em três formatos.	Obrigatório
Serviço De Informações Ao Cidadão – SIC			
44	Possibilidade de entrega de um pedido de acesso de forma presencial.	Indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) físico, órgão, endereço, telefone, horários de funcionamento.	Obrigatório
45	Possibilidade de envio de pedidos de informação de forma eletrônica (E-SIC)	E-mail ou formulário.	Obrigatório
46	A solicitação por meio do E-SIC é simples, ou seja, sem a exigência de itens de identificação do requerente que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.	Sem necessidade de preenchimento de todos os dados como CPF, endereço, gênero, etc, bem como envio de formulários por escrito.	Obrigatório
Outros			
47	Divulga a remuneração individualizada.	Nome, cargo e função do agente público.	Obrigatório
48	Divulga diárias e passagens.	Nome de favorecido, data, destino, cargo e motivo da viagem	Obrigatório
49	Acompanhamento de obras públicas.	Detalhes abertos das obras como objeto, valor, empresa contratada, prazo de execução, situação atual da obra.	Obrigatório

Fonte: elaborado pela autora com base no manual da CGU, Ranking da Transparência e Escala Brasil Transparente.